



**Relatório de Avaliação dos
Programas do Plano Plurianual
2012-2015 - Exercício 2013**

VOLUME II

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO	29
PODER EXECUTIVO	31
GESTÃO PÚBLICA	35
PROGRAMA: GESTÃO FAZENDÁRIA.....	38
PROGRAMA: GESTÃO GOVERNAMENTAL.....	44
PROGRAMA: DEFESA DOS DIREITOS DO ESTADO.....	47
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	50
PROGRAMA: FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	57
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO	61
PROGRAMA: COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL.....	67
PROGRAMA: SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	74
PROGRAMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	81
PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	85
PROGRAMA: GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE INFORMAÇÕES ESTADUAIS	90
PROGRAMA: PACTO PELA CIDADANIA	96
DIMENSÃO SOCIAL	99
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	101
PROGRAMA: SEGURANÇA PELA PAZ	106
PROGRAMA: PRÓ- PAZ – POR UMA CULTURA DE PAZ	116
PROGRAMA: SEGURANÇA NO TRÂNSITO.....	123
PROGRAMA: GESTÃO INTEGRADA DO CONHECIMENTO	128
PROGRAMA: PACTO PELA LIBERDADE	133
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SESP).....	139
PROGRAMA: PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS	144
PROGRAMA: IGUALDADE ÉTNICO RACIAL E SOCIAL	151
PROGRAMA: COMBATE ÀS DROGAS	155
PROMOÇÃO SOCIAL	161
PROGRAMA: EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE	165
PROGRAMA: ESPORTE E LAZER: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL	175
PROGRAMA: NOSSA ARTE, NOSSA CULTURA	181
PROGRAMA: O PARÁ QUE LÊ.....	188
PROGRAMA: REVITALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL.....	193
PROGRAMA: UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARÁ.....	198
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DA EDUCAÇÃO	205

PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	211
PROGRAMA: ARTESANATO PARAENSE	217
PROGRAMA: ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	221
PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	226
PROGRAMA: BOLSA TRABALHO	232
PROGRAMA: CUIDAR PARA VIVER.....	235
PROGRAMA: DOAR É VIDA	240
PROGRAMA: EDUCAÇÃO NA SAÚDE	244
PROGRAMA: GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	248
PROGRAMA: HEMOVIDA	254
PROGRAMA: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA SAÚDE	259
PROGRAMA: PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS.....	267
PROGRAMA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	273
PROGRAMA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE	278
DIMENSÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	283
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	285
PROGRAMA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	290
PROGRAMA: DISSEMINAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	296
PROGRAMA: INCLUSÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO - NAVEGAPARÁ.....	300
PROGRAMA: SISTEMA PARAENSE DE INOVAÇÃO.....	305
PROGRAMA: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO	310
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO	318
PROGRAMA: INTEGRAÇÃO METROPOLITANA.....	324
PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS.....	328
PROGRAMA: ENERGIA NO PARÁ.....	333
PROGRAMA: HABITAR PARA VIVER MELHOR.....	336
PROGRAMA: SANEAMENTO É VIDA	341
PROGRAMA: TERRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	349
DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	355
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	357
PROGRAMA: PARÁ COMPETITIVO.....	362
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	371
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA.....	380
PROGRAMA: PROGRAMA DE REDUÇÃO DA POBREZA E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO DO PARÁ – PARÁ RURAL.....	388
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	393
PROGRAMA: VER-O-PARÁ.....	400
PROGRAMA: MUNICÍPIOS VERDES	407
PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL.....	414

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DA SÓCIOBIODIVERSIDADE	421
PROGRAMA: FLORESTA SUSTENTÁVEL	427

Volume II

PODER LEGISLATIVO	455
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	457
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....	458
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	461
PROGRAMA: COMUNICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	463
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DA ALEPA.....	465
PROGRAMA: QUALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO.....	468
PROGRAMA: SOCIAL COMUNITÁRIO	470
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.....	473
PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO	475
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	481
PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL	485
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO	489
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	490
PODER JUDICIÁRIO	493
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	495
PROGRAMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	500
PROGRAMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO.....	504
PROGRAMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	507
PROGRAMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.....	510
PROGRAMA: GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO FRJ.....	515
PROGRAMA: GESTÃO DE PESSOAS.....	517
PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	520
PROGRAMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	525
MINISTÉRIO PÚBLICO.....	529
PROGRAMA: DEFESA DA SOCIEDADE.....	531
ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES.....	537
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	539
PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....	541
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....	543
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR.....	544
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.....	545
PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....	547

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....	548
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DE GESTÃO.....	549
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	550
DEFENSORIA PÚBLICA.....	551

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Agenda Mínima da Área de Gestão.....	37
Gráfico 3 – Gestão Governamental: Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	44
Gráfico 4- Defesa dos Direitos do Estado – Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	47
Gráfico 6 Fortalecimento e Modernização do Sistema de Controle Interno – Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	57
Gráfico 7 Modernização da Gestão do Estado – Recurso Financeiro por Fonte, 2013	61
Gráfico 8 Comunicação Pública Governamental - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	68
Gráfico 9 Seguridade Social do Servidor Público Estadual – Recurso Financeiro por Fonte, 2013	75
Gráfico 10 Tecnologia da Informação e Comunicação Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	82
Gráfico 11 Transparência e Controle Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	86
Gráfico 12 Gestão do Planejamento e Informações Estaduais - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	91
Gráfico 13 Pacto pela Cidadania - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	96
Gráfico 14 Agenda Mínima na Área de Segurança Pública e Defesa Social	104
Gráfico 15- Segurança pela Paz - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	107
Gráfico 16 -PRÓ- PAZ – Por Uma Cultura de Paz - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	117
Gráfico 17- Segurança no Trânsito - Recurso Financeiro por fonte, 2013.....	123
Gráfico 18 - Gestão Integrada do Conhecimento - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	129
Gráfico 19- Pacto pela Liberdade - Recurso Financeiro por fonte, 2013	134
Gráfico 20- Valorização do Servidor Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) - Recurso Financeiro por fonte, 2013	140
Gráfico 21- Pacto pelos Direitos Humanos - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	145
Gráfico 22 -Igualdade Étnico-Racial e Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	152
Gráfico 23- Combate às Drogas - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	155
Gráfico 24 Agenda Mínima na Área de Promoção Social: Educação, Cultura, Esporte e Lazer.....	163
Gráfico 25 Educação Pública de Qualidade - Recurso Financeiro por Fonte, 2013... ..	166

Gráfico 26 Esporte e Lazer: Um Caminho para a Inclusão Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	175
Gráfico 27 Nossa Arte, Nossa Cultura - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	181
Gráfico 28 O Pará que Lê - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	188
Gráfico 29 Revitalização, preservação da memória e identidade cultural - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	194
Gráfico 30 Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	198
Gráfico 31 Valorização do Servidor da Educação - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	205
Gráfico 32- Agenda Mínima na Área de Proteção e Desenvolvimento Social: Saúde, Trabalho e Assistência Social.	215
Gráfico 33- Artesanato Paraense - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	217
Gráfico 34- Atenção Primária de Saúde – Recursos Financeiro por Fonte, 2013.....	221
Gráfico 35- Atendimento Socioeducativo - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	227
Gráfico 36- Bolsa Trabalho - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	232
Gráfico 37- Cuidar para Viver - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	235
Gráfico 38- Doar é Vida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	240
Gráfico 39- Educação na Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	244
Gráfico 40- Geração de Trabalho, Emprego e Renda - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	248
Gráfico 41- Hemovida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	255
Gráfico 42- Média e Alta Complexidade na Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	259
Gráfico 43- Proteção Social no SUAS - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	268
Gráfico 44 Segurança Alimentar e Nutricional - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	273
Gráfico 45- Vigilância em Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	278
Gráfico 46- Agenda Mínima na Área de Infraestrutura e Logística	288
Gráfico 47- Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	291
Gráfico 48- Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	297
Gráfico 49- Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	301
Gráfico 50- Sistema Paraense de Inovação - Recurso Financeiro por Fonte, 2013 ...	306

Gráfico 51- Caminhos para o Desenvolvimento - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	311
Gráfico 52- Desenvolvimento Portuário e Hidroviário - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	319
Gráfico 53-Integração Metropolitana - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	324
Gráfico 54- Gestão de Obras Públicas - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	328
Gráfico 55- Energia no Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	333
Gráfico 56- Habitar para Viver Melhor - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	336
Gráfico 57- Saneamento é Vida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	341
Gráfico 58- Território de Integração Regional - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.	350
Gráfico 59 PIB paraense por Valor Adicionado 2013.....	358
Gráfico 60- Balança Comercial Paraense em 2013.....	359
Gráfico 61- Agenda Mínima na Área de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	361
Gráfico 62- Pará Competitivo - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	363
Gráfico 63- Modernização da Agricultura Familiar - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	372
Gráfico 64- Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	381
Gráfico 65- Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará – Pará Rural - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	389
Gráfico 66- Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura- Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	394
Gráfico 67- Ver-o-Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	401
Gráfico 68- Municípios Verdes - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	408
Gráfico 69- Gestão Ambiental e Territorial - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	415
Gráfico 70- Valorização da Sociobiodiversidade - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	422
Gráfico 71- Floreta Sustentável - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.....	428

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gestão Fazendária: Recurso Financeiro, 2013	38
Tabela 2 – Gestão Governamental: Recurso Financeiro 2013.....	44
Tabela 3 Defesa dos Direitos do Estado – Recurso Financeiro, 2013.....	47
Tabela 4 Valorização do Servidor Público – Recurso Financeiro, 2013	50
Tabela 5 Fortalecimento e Modernização do Sistema de Controle Interno – Recurso Financeiro, 2013	57
Tabela 6 Modernização da Gestão do Estado – Recurso Financeiro, 2013	61
Tabela 7 Comunicação Pública Governamental – Recurso Financeiro, 2013	67
Tabela 8 Seguridade Social do Servidor Público Estadual – Recurso Financeiro, 2013	74
Tabela 9 Tecnologia da Informação e Comunicação - Recurso Financeiro, 2013.....	81
Tabela 10 Transparência e Controle Social - Recurso Financeiro, 2013.....	85
Tabela 11 Gestão do Planejamento e Informações Estaduais - Recurso Financeiro, 2013	90
Tabela 12 Pacto pela Cidadania - Recurso Financeiro, 2013.....	96
Tabela 13 Segurança pela Paz - Recurso Financeiro, 2013	106
Tabela 14 PRÓ- PAZ – Por Uma Cultura de Paz - Recurso Financeiro, 2013	116
Tabela 15 Segurança no Trânsito - Recurso Financeiro, 2013	123
Tabela 16 Gestão Integrada do Conhecimento - Recurso Financeiro, 2013	128
Tabela 17 Pacto pela Liberdade - Recurso Financeiro, 2013.....	133
Tabela 18 Valorização do Servidor Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) - Recurso Financeiro, 2013.....	139
Tabela 19 PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS - Recurso Financeiro, 2013.....	144
Tabela 20 Igualdade Étnico Racial e Social - Recurso Financeiro, 2013.....	151
Tabela 21 Combate às Drogas - Recurso Financeiro, 2013.....	155
Tabela 22 Educação Pública de Qualidade - Recurso Financeiro, 2013.....	165
Tabela 23 Esporte e Lazer: Um Caminho para a Inclusão Social - Recurso Financeiro, 2013.	175
Tabela 24 Nossa Arte, Nossa Cultura - Recurso Financeiro, 2013	181
Tabela 25 O Pará que Lê - Recurso Financeiro, 2013.	188
Tabela 26 Revitalização, preservação da memória e identidade cultural - Recurso Financeiro, 2013.	193
Tabela 27 Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará - Recurso Financeiro, 2013	198
Tabela 28 Valorização do Servidor da Educação - Recurso Financeiro, 2013	205

Tabela 29 Artesanato Paraense - Recurso Financeiro, 2013.....	217
Tabela 30 Atenção Primária de Saúde – Recurso Financeiro, 2013.....	221
Tabela 31 Atendimento Socioeducativo - Recursos Financeiros, 2013.....	226
Tabela 32 Bolsa Trabalho - Recurso Financeiro, 2013	232
Tabela 33 Cuidar para Viver - Recurso Financeiro, 2013.....	235
Tabela 34 Doar é Vida - Recurso Financeiro, 2013.	240
Tabela 35 Educação na Saúde - Recurso Financeiro	244
Tabela 36 Geração de Trabalho, Emprego e Renda - Recurso Financeiro	248
Tabela 37 Hemovida - Recurso Financeiro, 2013.	254
Tabela 38 Média e Alta Complexidade na Saúde - Recurso Financeiro, 2013.	259
Tabela 39 Proteção Social no SUAS - Recurso Financeiro, 2013.....	267
Tabela 40 Segurança Alimentar e Nutricional - Recurso Financeiro, 2013.....	273
Tabela 41 Vigilância em Saúde - Recurso Financeiro, 2013.....	278
Tabela 42 Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável - Recurso Financeiro, 2013	290
Tabela 43 Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação Recurso Financeiro, 2013	296
Tabela 44 Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ - Recurso Financeiro, 2013	300
Tabela 45 Sistema Paraense de Inovação - Recurso Financeiro, 2013	305
Tabela 46 Caminhos para o Desenvolvimento - Recurso Financeiro, 2013	310
Tabela 47 Desenvolvimento Portuário e Hidroviário - Recurso Financeiro, 2013.....	318
Tabela 48 Integração Metropolitana - Recurso Financeiro, 2013	324
Tabela 49 Gestão de Obras Públicas - Recurso Financeiro, 2013.....	328
Tabela 50 Energia no Pará - Recurso Financeiro, 2013.....	333
Tabela 51 Habitar para Viver Melhor - Recurso Financeiro, 2013.....	336
Tabela 52 Saneamento é Vida - Recurso Financeiro, 2013	341
Tabela 53 Território de Integração Regional - Recurso Financeiro, 2013.....	349
Tabela 54 Pará Competitivo - Recurso Financeiro, 2013	362
Tabela 55 Modernização da Agricultura Familiar - Recurso Financeiro, 2013.....	371
Tabela 56 Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária - Recurso Financeiro, 2013	380
Tabela 57 Programa de Redução Da Pobreza e Gestão Dos Recursos Naturais do Estado do Pará – Pará Rural - Recurso Financeiro, 2013.....	388
Tabela 58 Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura - Recurso Financeiro, 2013	393
Tabela 59 Ver-o-Pará - Recurso Financeiro, 2013.....	400

Tabela 60 Municípios Verdes - Recurso Financeiro, 2013	407
Tabela 61 Gestão Ambiental e Territorial - Recurso Financeiro, 2013	414
Tabela 62 Valorização da Sóbiobiodiversidade - Recurso Financeiro, 2013.....	421
Tabela 63 Floresta Sustentável - Recurso Financeiro, 2013.....	427
Tabela 64 - Recursos do Programa 2013.....	471
Tabela 65 - Indicadores do Programa 2013.....	471
Tabela 66 - Metas Físicas do Programa 2013.....	472
Tabela 67 – Demonstrativa da Execução Orçamentária por Programa.....	480
Tabela 68 – Síntese da Execução Financeira.....	481
Tabela 69 – Metas Físicas e Financeiras.....	481
Tabela 70 – Síntese da Execução Financeira.....	485
Tabela 71 – Metas Físicas e Financeiras.....	485
Tabela 72 – Síntese da Execução Financeira.....	486
Tabela 73 – Metas Físicas e Financeiras.....	486

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agenda Mínima da Área de Gestão.....	37
Quadro 2 – Agenda Mínima na Área de Segurança Pública e Defesa Social	105
Quadro 3 Agenda Mínima na Área de Promoção Social: Educação, Cultura, Esporte e Lazer	163
Quadro 4 Agenda Mínima na Área de Proteção e Desenvolvimento Social: Saúde, Trabalho e Assistência Social.	215
Quadro 5 Agenda Mínima na Área de Infraestrutura e Logística.....	288
Quadro 6 Agenda Mínima na de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	361

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (RISP)	102
Mapa 2 - UIPP's e Municípios com Delegacias de Polícia	103



Poder Legislativo

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARÁ**

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO

Órgão Responsável: Assembléia Legislativa do Estado

Órgão(s) Executor (es): ALEPA

Objetivo: Implementar Ações que Valorizem a Gestão Administrativa do Legislativo

Público Alvo: Servidores e Parlamentares Deste Poder

Principais Resultados do Programa

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará tem o condão de contribuir para o desenvolvimento da sociedade paraense em conjunto com os demais poderes. Para tanto, é precípua perseguir alguns objetivos, tais como, corrigir falhas, evitar desperdícios, melhorar a gestão, o desempenho das políticas públicas e dos controles internos, disseminação das melhores práticas observadas na administração e, em especial, o aprimoramento da legislação estadual. Neste sentido, tem-se como principal ação a Fiscalização Externa. Em razão das dificuldades de acompanhamento, observam-se algumas distorções entre metas previstas e resultados alcançados, em especial no dimensionamento das metas. É importante ressaltar que a atuação dos representantes legislativos da ALEPA gera expressivos benefícios ao erário estadual e aos cidadãos, mensuráveis e não mensuráveis. No ano de 2013, este poder acumulou uma economia na ordem de R\$ 32 milhões.

Análise do Status do Programa

Os resultados estimados sugerem um efeito positivo das transferências monetárias recebidas do governo do Estado sobre o fato de os recursos serem prioritariamente destinados à manutenção do Legislativo com despesas diversas e bens duráveis. Assim, estes recursos estão sendo gastos de forma eficiente.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A gestão por programa objetiva o alcance de resultados mediante a utilização de processos estruturados e instrumentos adequados à interação dos programas, motivando a tomada de decisão e a correção de rumos a partir da execução da programação.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O segundo ano de aplicação do Plano Plurianual 2013 (PPA), estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, e considerando que o PPA é o instrumento coordenador de todas as ações administrativas, a ALEPA vem se adequando aos programas do referido instrumento de planejamento.

Avaliação Física e Financeira das Ações

Em, R\$1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/ Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Operacionalização das Ações Administrativas	38.604.490	17.981.365	46	Ação Realizada	100	47	46
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 38.604.49,00 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 17.981.365,20 milhões correspondente a 46,58%.							
Administração de Recursos Humanos	181.474.088	221.640.199	122	Ação Realizada	100	100	100
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 181.474.088,00 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 221.640.199,39 milhões correspondente a 122,13%.							

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Órgão Responsável: Assembléia Legislativa do Estado

Órgão(s) Executor (es): ALEPA

Objetivo: Aprimorar a Execução das Políticas Voltadas Para os Servidores Públicos

Público Alvo: Servidores Públicos Deste Poder

Principais Resultados do Programa

A estratégia de gestão adotada pela ALEPA quanto à valorização do servidor, que são integrantes do planejamento global da mesma, tem oferecido aos servidores uma gama de oportunidades através das ações realizadas para a valorização dos servidores deste Poder. É importante ressaltar que houve um grande esforço no sentido de garantir melhor qualificação ao servidor através de convênio com a Escola de Governo, FADESP, UFPA e Escola do Legislativo que capacitou um significativo contingente de servidores superando a meta prevista.

Análise do Status do Programa

Uma análise de sensibilidade dos resultados obtidos a fim de se verificar a robustez do método à presença de variáveis não observadas, bem como à especificação do modelo de score de propensão. Os resultados estimados sugerem um efeito positivo das transferências monetárias. O fato de os recursos serem prioritariamente destinados a despesas com alimentos, educação, produtos de higiene e vestuário, despesas diversas e bens duráveis significa que, estão sendo gastos de forma eficiente.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no segundo ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito, a despeito de ter apresentado alguma melhora.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O instrumento de organização da ação governamental é o orçamento, e à concretização dos objetivos pretendidos, resulta do reconhecimento de carências, demandas sociais e econômicas e oportunidades necessárias e suficientes, de modo

que o Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA dar maior transparência as suas ações.

Avaliação Física e Financeira das Ações

Em, R\$1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Assistência Médica Odontológica	3.973.686	3.708.701	93	Ação Realizada	4.436	6.734	151
Análise: Em 2013, foi destinada para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 3.973.686,00 milhões, tendo sido realizados os valores R\$ 3.708.701,49 milhões correspondente a 93,33% do total.							
Auxílio Alimentação	24.300.000	23.430.977	96	Ação Realizada	5.509	5.390	97
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 24.300.000,00 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 23.430.977,12 milhões correspondente a 96,42%.							
Auxílio Transporte	764.352	299.983	39	Ação Realizada	273	107	39
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 764.352,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$299.983,20 mil correspondente a 39,25%.							

PROGRAMA: COMUNICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Órgão Responsável: Assembléia Legislativa do Estado

Órgão(s) Executor (es): ALEPA

Objetivo: Levar ao Conhecimento da População as Ações do Poder Legislativo

Público Alvo: População do Estado do Pará

Principais Resultados do Programa

Facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando informações à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a população e ampliar a transparência da gestão publica.

Análise do Status do Programa

Com a nova filosofia e as novas praticas de gestão o programa começa a dar resultados, tornando visível para a comunidade à utilização transparente dos recursos públicos na ALEPA.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no segundo ano de aplicação do PPA para melhorar a comunicação do Poder Legislativo com a comunidade, muito ainda precisa ser feito, a despeito de ter apresentado algum avanço nessa direção.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Cada programa articula um conjunto coerente de ações, necessárias e suficientes para enfrentar um problema, de modo que o Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA, melhorar sua atuação e dar maior transparência as suas ações.

Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/ Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Ações de Publicidade	2.980.890	2.638.333	88	Ação Realizada	2.740	2.425	88
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 2.980.890,00 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 2.638.333,98 milhões correspondente a 88,51%.							
Comunicação Social e Marketing Institucional	124.699	57.792	46	Ação Realizada	100	46	46
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 124.699,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 57.792,04 mil correspondente a 46,35%.							
Implantação do Canal Próprio de TV	863.111	747.407	86,59	Ação Realizada	100	87	86,59
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 863.111,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 747.407,02 mil correspondente a 86,59%.							
Implantação da Ouvidoria da ALEPA	124.699	-	0	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Mecanismo de Transparência Administrativa e da Comunicação interna	124.699	-	0	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Modernização do Portal Eletrônico	124.699	-	0	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DA ALEPA

Órgão Responsável: Assembléia Legislativa do Estado

Órgão(s) Executor (es): ALEPA

Objetivo: Modernizar a Administração Legislativa Visando Aumentar a Eficiência, a Eficácia, a Efetividade, a Economicidade, a Excelência e a Execução dos Processos de Planejamento.

Publico Alvo: População do Estado do Pará

Principais Resultados do Programa

Seu norte de atuação visou contribuir para o alcance de uma boa governança pública, para a promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Os principais resultados referem-se ao aprimoramento da gestão.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Para implementar um programa concebido no PPA 2013 no que diz respeito à melhoria da governança, apesar de dificuldades operacionais e estruturais, a ALEPA no ano de 2013 procurou desenvolver ações para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Cada programa articula um conjunto coerente de ações, necessárias e suficientes para enfrentar um problema, deste modo o Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA possibilitar maior transparência as suas ações.

Avaliação Física e Financeira das Ações

Em, R\$1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/ Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Adesão e Implantação do Programa GESPÚBLICA	79.428	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Construção da Nova Sede	17.880.829	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Desenvolvimento da Cultura de Promoção e Implantação de Mudança	124.699	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Desenvolvimento da Política e da Capacidade de Gestão de Pessoas	124.6990	1.980	1,59	Ação Realizada	100	2	1,59
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 124.699,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 1.980,00 mil correspondente a 1,59%.							
Fortalecimento da Capacidade de Planejamento Gestão e Avaliação das Políticas Públicas	264.756	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento e Inovação	124.699	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Implantação do Controle Interno	124.699	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/ Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Modernização da Gestão da Informação dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	1.863.607	1.093.063	58,65	Ação Realizada	100	59	58,65
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 1.863.607,00 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 1.093.063,68 milhões correspondente a 58,65%.							
Redesenho da Estrutura Organizacional e Processos Legislativos	3.000.000	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							

PROGRAMA: QUALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO

Órgão Responsável: Assembléia Legislativa do Estado

Órgão(s) Executor (es): ALEPA

Objetivo: Sistematizar e Priorizar as Ações Finalísticas do Poder Legislativo

Público Alvo: População do Estado do Pará

Principais Resultados do Programa

Os principais resultados que a Assembléia Legislativa do Pará alcançou no ano de 2013, foram obtidos através de 100% de aproveitamento de sua produção legislativa, que contribuiu para melhoria da qualidade do processo legislativo, a atuação da ALEPA gera expressivos benefícios ao erário estadual e aos cidadãos, mensuráveis e não mensuráveis.

Análise do Status do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito, a despeito de ter apresentado alguma melhora.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Além da atuação do Poder Legislativo na área legislativa e no aprimoramento da legislação e apreciação das matérias no menor espaço de tempo, procurou-se dar maior atenção aos cidadãos.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA dar maior transparência as suas ações.

Avaliação Física e Financeira das Ações

Em, R\$1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/ Unidade de Medida	Programado	Executado	% execução
Elaboração, Análise e Apreciação das Proposições Legislativas.	18.887.580	23.409.525	123,94	Ação Realizada	7.209	8.934	123,93
Análise: Em 2013, foi destinada para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 18.887.580,00 milhões, tendo sido realizados os valores de R\$ 23.409.525,92 milhões correspondente a 123,94%.							
Escola do Legislativo	249.398	8.350	3,35	Ação Realizada	192	6	3,35
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 249.398,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 8.350,50 mil correspondente a 3,35%.							
Interiorização do Processo Legislativo	199.518	295.093	147,90	Ação Realizada	98	144	146,94
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 199.518,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 295.093,06 mil correspondente a 146,94%.							
Normatização do Controle Externo	124.699	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							

Avaliação Física e Financeira das Ações

Em, R\$1,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/ Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Apoio a Entidades e Eventos Culturais	230.000	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Apoio as Ações dos Municípios	240.000	-	0,00	Ação Realizada	100	0	0,00
Análise: Em 2013, não foi executado nenhum recursos previsto para esta ação.							
Manutenção das Ações da Creche	124.699	5.550	4,45	Ação Realizada	170	8	4,45
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 124.699,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 5.550,50 mil correspondente a 4,45%.							
Manutenção das Ações do Ambulatório	132.590	20.804	15,69	Ação Realizada	50.000	7.845	15,69
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 132.590,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 20.804,40 mil correspondente a 15,69%.							
Manutenção das Ações do Centro de Atendimento ao Cidadão	689.068	95.095	13,80	Ação Realizada	100	14	13,80
Análise: Em 2013, foi destinado para a ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 689.068,00 mil, tendo sido realizados os valores de R\$ 95.095,01 mil correspondente a 13,80%.							

CONCLUSÃO

Diante do exposto, sob a luz do êxito obtido por meio das ações desenvolvidas pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará em 2013, observa-se que algumas ações não foram executadas no exercício de 2013, por este motivo estamos propondo sua exclusão para 2014, por outro lado avaliamos positivamente os resultados da ALEPA em todas as suas frentes de atuação, os quais permitiram à instituição o alcance de seus objetivos setoriais: desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, apesar das dificuldades operacionais e estruturais. Reflexo dos esforços empreendidos pela instituição em defesa do Estado, entre outras.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO PARÁ**

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO

Objetivo: Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais em benefício da sociedade e auxiliar a Assembleia Legislativa no exercício do controle externo.

Público Alvo: Sociedade, Assembleia Legislativa e Gestores de Recursos Públicos Estaduais.

Órgão Executor: TCE.

Diretriz (es) do Governo: Fortalecimento da gestão e governança com transparência.

Análise dos Recursos do Programa

O valor programado para a execução das ações do Programa, no exercício de 2013, foi da ordem de R\$153 milhões, deste total foram realizados R\$ 152,8 milhões no cumprimento das ações e metas planejadas, o que corresponde a 99,78% do total.

Tabela 64 - Recursos do Programa 2013

Em R\$1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
Dotação atualizada	153.185,06	100,00
Dotação realizada	152.850,27	99,78

Fonte: SIAFEM

Nota: Dotação Atualizada - Recurso orçamentário

Despesa Realizada - Execução financeira

Análise dos Resultados do Programa**- Indicadores do Programa**

Tabela 65 - Indicadores do Programa 2013

Discriminação	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado	Índice Alcançado
Tempo Médio de Tramitação de Processos	Dias	379,8	365	867,1
Idade Média do Passivo de Processos	Anos	10,5	2	5,5

Fonte: SIGED

- Implementação do Programa

Tabela 66 - Metas Físicas do Programa 2013

Ação	Produto	PPA	Realizado	%
Ampliação da Infraestrutura do Tribunal de Contas do Estado	Ampliação Realizada (Un)	1	1	100
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	Servidor Atendido (Un)	600	654	109
Auxílio Alimentação aos Servidores	Servidor Beneficiado (Un)	804	642	80
Desenvolvimento de Competências Profissionais	Servidor Capacitado (Un)	1.600	4.728	295
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Estaduais	Entidade Fiscalizada (Un)	140	76	54
Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas do Estado	Instituição Modernizada (Prc)	25	25	100
Operacionalização da Escola de Contas do TCE	Serviço operacional realizado (Prc)	100	100	100
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço operacional realizado (Prc)	100	100	100
Publicidade Institucional	Divulgação realizada (um)	16	27	168

Fonte: Sistema de Gestão Tribunal de Contas do Estado do Pará

Nota: Percentual (%) - Alocação do alcance das metas previstas no PPA.

Conforme apresentado na Tabela 3, pode-se perceber, quanto ao desempenho em conjunto das ações do programa, que as metas estabelecidas para o exercício de 2013 foram alcançadas.

A ação **Ampliação da Infraestrutura do Tribunal de Contas do Estado**, que objetiva assegurar a ampliação e reorganização das instalações físicas do Tribunal, viabilizou a reorganização do 5º pavimento do Anexo II, com a criação de uma nova Controladoria, com layout para 26 estações de trabalho, contemplando infraestrutura lógica, telefone e som. Também foram realizadas por meio desta ação as obras de reforma e adaptação da sede da Representação do Tribunal de Contas do Estado no Oeste do Pará - Unidade Regional Santarém.

A implementação da ação **Assistência Médica e Odontológica aos Servidores** que tem como objetivo a preservação da integridade físico-psicológica dos servidores, proporcionando maior produtividade e redução de absenteísmo, garantiu a realização de 7.768 procedimentos em 2013, envolvendo 654 servidores/mês. Os atendimentos realizados foram nas áreas de medicina do trabalho, enfermagem, fisioterapia, serviço social, psicologia e consultas clínicas em odontologia.

Com relação à ação **Auxílio Alimentação aos Servidores** foram beneficiados 642 servidores média/ano. Cabe destacar que a partir de setembro de 2013 foram suspensos os créditos para os servidores inativos, de modo que somente os servidores ativos passaram a receber auxílio alimentação, gerando redução no volume de atendimento.

A ação **Desenvolvimento de Competências Profissionais** tem por finalidade promover o desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores do TCE e de seus órgãos jurisdicionados, bem como a disseminação de conhecimentos que auxiliem no aperfeiçoamento da gestão pública. Nesta ação foram desenvolvidos 34 cursos, sendo 29 presenciais e 5 à distância; 9 eventos promovidos diretamente pelo Tribunal e 25 em que o TCE atuou como parceiro, atingindo assim um total de 4.728 servidores capacitados. Os principais eventos promovidos pelo Tribunal foram:

- ✓ VI Fórum TCE-PA e Jurisdicionados;
- ✓ Programa de Interiorização “Conversando com o Controle Interno e Jurisdicionados”, ocorridos em Marabá e em Breves;
- ✓ Ciclo de Aperfeiçoamento da Gestão Pública;
- ✓ TCE Cidadão.

Quanto à ação **Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Estaduais** que objetiva realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, foram fiscalizadas 76 unidades estaduais, tendo sido realizadas no período 132 ações fiscalizadoras nas seguintes naturezas: 2 Auditorias Operacionais, 5 Auditorias Especiais, 83 Auditorias Programadas, 7 Inspeções, 15 Acompanhamentos, 16 Monitoramentos e 4 Levantamentos. Importa considerar que o ano de 2013, mostrou-se atípico considerando a reestruturação do Departamento de Controle Externo do Tribunal, que decorrente das novas normas internas (Lei Orgânica e Regimento Interno) passou a atuar no processo de fiscalização por áreas de Governo (Poderes, Gestão, Desenvolvimento Econômico e Produção, Infraestrutura, Promoção Social, Proteção Social e Defesa Social) em vez da natureza jurídica dos órgãos e entidades jurisdicionados. Tal fato refletiu no resultado da meta definida por entidades jurisdicionadas, uma vez que as diretrizes convergiram no atendimento de estoques

mais antigos, o que fez com que um só órgão sofresse a fiscalização referente a até 4 exercícios, a fim de atualizar o estoque.

Com relação à ação **Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas do Estado**, que objetiva a modernização institucional no processo de fiscalização devido às novas demandas proporcionadas pela sociedade, foram desenvolvidas atividades relacionadas à modernização de normas, reestruturação organizacional, redefinição de métodos, processos e procedimentos, aquisição de equipamentos de informática e desenvolvimento de sistemas. Dentre as quais destacamos:

- ✓ Aprovação de novos procedimentos relacionados à tramitação de processos, instrução processual e fiscalização por meio da auditoria operacional;
- ✓ Celebração de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a realização de auditorias de projetos e programas;
- ✓ Criação da Representação do Tribunal de Contas do Estado no Oeste do Pará, Unidade Regional Santarém;
- ✓ Instituição do Código de Ética e Disciplina dos Servidores do TCE-PA;
- ✓ Estabelecimento da Política e das Diretrizes para o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do TCE-PA;
- ✓ Definição de procedimentos de correição no âmbito do TCE-PA;
- ✓ Elaboração do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal;
- ✓ Elaboração do Regimento Interno da Escola de Contas “Alberto Veloso”;
- ✓ Elaboração do Regulamento da Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão;
- ✓ Aquisição de 105 Estações de Trabalho, 15 Notebooks e 5 Switchs HP de 24 Portas – Modelo: V1910-24G;
- ✓ Desenvolvimento do Sistema de Controle de Estágio Probatório.

Na ação **Operacionalização da Escola de Contas do TCE**, relacionada com desenvolvimento de atividades administrativas que viabilizem o funcionamento da Escola de Contas Alberto Veloso, foram realizadas serviços/atividades de apoio e suporte que permitiram assegurar o perfeito funcionamento da Escola de Contas, proporcionando um melhor atendimento dos servidores do Tribunal, bem como dos jurisdicionados que participaram dos cursos oferecidos.

Na ação **Operacionalização das Ações Administrativas** que tem como objetivo desenvolver ações que viabilizem a gestão administrativa do TCE foram executados no ano de 2013 todos os serviços de apoio e suporte de natureza

administrativa necessários ao funcionamento do Tribunal, dentre os quais se destacam:

- ✓ Suprimento de material;
- ✓ Conservação e manutenção patrimonial;
- ✓ Suporte logístico as unidades de serviços auxiliares.

No que se refere à ação Publicidade Institucional que objetiva a divulgação de informações institucionais aos jurisdicionados e à sociedade, destacamos as seguintes realizações:

- ✓ Produção e exibição de 21 programas “É da sua Conta Pará”, transmitido pela TV Cultura, canal 2, às sextas-feiras, de janeiro a novembro de 2013;
- ✓ Publicação de informes nos jornais de eventos como: Ciclo de Aperfeiçoamento da Gestão Pública (para Prefeitos e Secretários Municipais), o Programa de Interiorização (Marabá e Breves) e VI Fórum TCE-PA e Jurisdicionados, bem como de ações como a Auditoria Operacional em Meio Ambiente em parceria com o Tribunal de Contas da União;
- ✓ Divulgação de ações por meio de rádios, internet, outdoor, cartilhas, folders e panfletos.

Considerações Finais

Conforme o desempenho apurado na condução das ações do Programa Controle Externo, no exercício de 2013, pode-se concluir que os resultados alcançados contribuíram para o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, beneficiando toda a sociedade paraense.

Destaca-se que as ações executadas do Programa Controle Externo, no exercício avaliado, encontram-se alinhadas aos objetivos e iniciativas do Plano Estratégico 2012-2015 do Tribunal de Contas do Estado.

Desta forma, o Programa Controle Externo vem cumprindo o objetivo pretendido de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais em benefício da sociedade e auxiliar a Assembleia Legislativa no exercício do controle externo. O que permite afirmar que o Tribunal de Contas do Estado vem desempenhando sua Missão, estabelecida em seu planejamento estratégico, “Exercer o controle externo em benefício da sociedade, orientando, acompanhando e fiscalizando a efetiva e regular gestão dos recursos públicos estaduais”.

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS
MUNICÍPIOS**

Apresentação

Em cumprimento ao disposto no Art. 15, Parágrafo 1º, da Lei nº 7.595, de 28/12/2011, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) tem a satisfação de apresentar o Relatório de Avaliação dos Resultados dos Programas e Ações do Plano Plurianual-PPA 2012-2015, onde estão registradas as informações relevantes acerca dos resultados alcançados no exercício de 2013, visando o efetivo exercício do Controle Externo das contas públicas municipais e a orientação aos jurisdicionados dessa Corte de Contas, em busca da excelência na prestação de serviços à sociedade, através da melhoria contínua da gestão pública.

A este Tribunal cabe o importante papel de contribuir para a melhoria da Administração Pública Municipal e, para esse fim, disponibiliza aos gestores públicos orientações, recomendações e determinações, com a finalidade de corrigir falhas, evitar desperdícios e melhorar a gestão dos órgãos e entidades públicos, assim como, a qualidade dos bens e serviços ofertados e a atuação dos controles internos desses órgãos.

Nesse contexto, o TCM-PA, a quando da elaboração do PPA 2012-2015, contemplou todas as atividades definidas no seu Plano Estratégico para o quadriênio 2011-2014, concentrando as ações nos programas de: **Controle Externo Municipal**, **Valorização do Servidor Público** e **Manutenção da Gestão**, considerados de fundamental importância para o atingimento dos objetivos selecionados na perspectiva de “Resultados” do seu Mapa Estratégico e para o cumprimento de sua missão institucional de “orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade”.

Recursos Orçamentários e Financeiros

Os recursos destinados à cobertura das despesas realizadas pelo TCMPA no exercício de 2013, com a execução dos programas e ações previstos no PPA 2012-2015, cuja Dotação foi aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA, de nº 7.688, datada de 28 de dezembro de 2012, publicada na edição de nº 32.216 do Diário Oficial do Estado, em 11/01/2013, foram da ordem de **R\$-117.915.317,00**.

Na execução orçamentária do referido exercício foram consignadas dotações adicionais ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com recursos provenientes do excesso de arrecadação do Estado e de outras fontes de recursos, com o que o valor global do Orçamento deste Tribunal passou a ser da ordem de **R\$-124.591.671,00**. Desse montante, foi utilizada a quantia de **R\$-123.613.925,00** na execução dos programas e ações do Plano Plurianual 2012 – 2015, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Tabela 67 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa

Em R\$-1,00

ÁREA	PROGRAMA	2013			% (B/A)	% (C/B)
		DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	REALIZADO (C)		
FINALÍSTICO	CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL	90.278.115	92.020.375	91.741.361	101,93	99,70
	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	7.104.000	8.695.303	8.695.303	122,40	100,00
TOTAL FINALÍSTICO		97.382.115	100.715.679	100.436.664	103,42	99,72
APOIO	MANUTENÇÃO DA GESTÃO	5.346.543	7.110.633	7.110.633	132,99	100,00
TOTAL APOIO ADMINISTRATIVO		5.346.543	7.110.633	7.110.633	132,99	100,00
SUBTOTAL		102.728.658	107.826.312	107.547.297	104,96	99,74
ENCARGOS COM PREVIDÊNCIA		15.168.351	16.765.359	16.066.628	110,53	95,83
TOTAL GERAL		117.915.317	124.591.671	123.613.925	105,66	99,22

PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL

Responsável: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCMPA.

Objetivo: Orientar e fiscalizar a administração e a gestão dos recursos públicos municipais em benefício da sociedade.

Público-alvo: 144 municípios do Estado do Pará

Esse programa engloba ações relacionadas às competências legais do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará -TCMPA, elencadas no Art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 084, de 27 de dezembro de 2012, como órgão de controle externo da gestão dos recursos públicos municipais, que visa não apenas a fiscalização da administração pública municipal, mas também, a orientação técnica e a capacitação dos seus jurisdicionados.

Referidas ações compreendem: Publicidade Institucional, Capacitação de Agentes Públicos Municipais, Construção da Escola de Contas, Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos, Implementação de Ações de Desenvolvimento Organizacional, Modernização do Parque Tecnológico e Modernização do Sistema de Controle Externo- PROMOEX.

Tabela 68 – Síntese da Execução Financeira

Em R\$-1,00

AUTORIZADO NA LOA	SUPLEMENTADO	EXECUTADO
90.278.115	1.463.246	91.741.361

Tabela 69 – Metas Físicas e Financeiras

Em R\$-1,00

AÇÕES	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ações de publicidade	10	10	100%	300.000	300.000	100%
Capacitação de agentes públicos municipais	576	2.082	361%	519.500	131.576	25,33%
Construção da escola de contas	1	0	0	400.000,00	27.770	6,94%
Fiscalização da aplicação dos recursos públicos	864	864	100%	87.035.807	88.982.528	102,24%

Em R\$-1,00

AÇÕES	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Implementação de ações de desenvolvimento organizacional	465	464	99,78%	445.000	768.406	172,68%
Modernização do parque tecnológico	1	0,50	50%	1.235.000	483.703	39,17%
Modernização do sistema de controle externo	1	1	100%	342.808	1.047.378	305,53%
ÍNDICE MÉDIO GERAL DE REALIZAÇÃO				90.278.115	91.741.361	101,62%

Ações de Publicidade

Objetivo: Difundir e informar a sociedade sobre as ações desenvolvidas pelo Tribunal.

Resultados: Obteve o resultado alcançado.

Justificativa: Foram realizadas ações de Jornalismo, Assessoria de Imprensa, Comunicação Interna, Publicidade e Propaganda, Fotografia, Vídeo, e Produção Editorial, necessários para divulgação das atividades do Órgão.

Capacitação de Agentes Públicos Municipais:

Objetivo: Promover treinamentos e capacitação dos gestores e servidores públicos municipais.

Resultados: Conforme o Quadro 3, os resultados superaram as expectativas, dado o expressivo número de servidores e gestores públicos municipais capacitados durante o exercício de 2013.

Justificativa: Várias atividades componentes desta ação foram alocadas nas ações de Modernização do Controle Externo-PROMOEX e de Desenvolvimento Organizacional, cujo valor das despesas correspondentes totaliza R\$-706.303,00

Construção da Escola de Contas

Objetivo: Dotar o Tribunal de infraestrutura física necessária à execução das ações de capacitação e desenvolvimento profissional dos membros e servidores do próprio Órgão, bem assim, dos gestores e servidores dos 144 municípios deste Estado.

Resultados: No geral considera-se que os principais resultados desta ação não foram alcançados.

Justificativa: Devido à insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, não houve possibilidade da escola ser construída no exercício de 2013, inobstante todos

PROGRAMA: SOCIAL COMUNITÁRIO

Órgão Responsável: Assembléia Legislativa do Estado

Órgão(s) Executor (es): ALEPA

Objetivo: Prestar Assistência aos Cidadãos que Demandam Serviço de Saúde, Educação e Cultura.

Público Alvo: População Carente

Principais Resultados do Programa

No contexto das ações de fomento do controle social, o programa desenvolveu ações de fortalecimento a cultura, ensino, saúde e cidadania.

Análise do Status do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Vale ressaltar que, apesar dos esforços empreendidos no primeiro ano de aplicação do PPA para reverter o quadro de dificuldades herdado ao longo de décadas, muito ainda precisa ser feito, a despeito de ter apresentado avanços em alguns setores da ALEPA.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O instrumento de organização da ação governamental é o orçamento, e à concretização dos objetivos pretendidos. Resulta do reconhecimento de carências, demandas sociais e econômicas e oportunidades. Para isso, cada programa articula um conjunto coerente de ações, necessárias e suficientes para enfrentar um problema, de modo o Poder Legislativo procurou através da implementação dos programas concebidos no PPA dar maior transparência as suas ações.

os projetos técnicos da obra já terem sido providenciados, encontrando-se em fase de legalização junto aos órgãos competentes.

Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos

Objetivo: Fiscalizar a execução contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da aplicação dos recursos públicos municipais.

Resultados: Dentro do programado.

Justificativa: Buscou contribuir para o aperfeiçoamento, fortalecimento da gestão pública municipal e aprimoramento do controle social, quanto à aplicação correta dos recursos públicos, propiciando a ampliação do conhecimento dos servidores deste Tribunal, das prefeituras, legislativos municipais e sociedade civil, sobre matérias de interesse do controle externo, descentralizando as ações de treinamento para facilitar o acesso ao conhecimento, externando o enfoque de orientação dentro das exigências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, ampliando o diálogo com os jurisdicionados de forma que a instituição seja percebida como parceira na gestão adequada dos bens públicos.

Implementação de Ações de Desenvolvimento Organizacional

Objetivo: Promover o aprimoramento das práticas de gestão de pessoas para a melhoria do desempenho profissional e gerencial dos servidores.

Resultados: Acima do programado.

Justificativa: Tendo em vista as constantes alterações nas legislações aplicáveis ao controle externo, torna-se necessário aos servidores deste Tribunal, investimentos em cursos, seminários e fóruns para que os mesmos estejam sempre atualizados com objetivo de atuar com eficácia e eficiência.

Modernização do Parque Tecnológico

Objetivo: Melhorar a capacidade do Parque Tecnológico para maior efetividade do Controle Externo Municipal.

Resultados: Abaixo da programação.

Justificativa: Por insuficiência de Recursos Orçamentários e Financeiros, não houve possibilidade de executar todas as metas estabelecidas para essa ação.

Modernização do Sistema de Controle Externo - Promoex

Objetivo: Promover o fortalecimento do Sistema de Controle brasileiro, como instrumento de cidadania, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resultados: Acima do programado.

Justificativa: Apesar da demora no recebimento dos recursos do convênio firmado com o BID e da exiguidade do prazo concedido para conclusão do projeto, os recursos foram aplicados de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho do Convênio.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO**Responsável:** Tribunal de Contas dos Municípios**Executor:** Diretoria de Administração**Objetivo:** Implementar ações que viabilizam a Gestão Administrativa do TCM.**Público-alvo:** Área meio e fim**Obtenção de Resultados:** Acima do programado.**Justificativa:** Houve necessidade de incremento, tendo em vista insuficiência de recursos financeiros para atender a programação contida nesta ação.

O programa sintetiza ações que viabilizam os meios necessários para que o Controle Externo exerça suas funções de fiscalização e orientação.

Tabela 70 – Síntese da Execução Financeira

Em R\$-1,00

AUTORIZADO NA LOA	SUPLEMENTADO	EXECUTADO
5.346.543	1.764.090	7.110.633

Tabela 71 – Metas Físicas e Financeiras

Em R\$-1,00

AÇÕES	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	Previsto	Realizado	Índice de Realização	Previsto	Realizado	Índice de Realização
Operacionalização das ações administrativas	1	1	100%	5.346.543	7.110.633	132,99%
ÍNDICE MÉDIO GERAL DE REALIZAÇÃO						132,99%

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO**Responsável:** Diretoria de Recursos Humanos**Executor:** Diretoria de Recursos Humanos**Objetivo:** Promover a valorização e o bem estar dos servidores do TCM**Público-alvo:** 462 servidores ativos

A preservação da saúde do servidor é vital para tê-lo dentro do Órgão exercendo suas funções e contribuindo para o desempenho das atribuições institucionais de forma eficiente.

Tabela 72 – Síntese da Execução Financeira

Em R\$-1,00

AUTORIZADO NA LOA	SUPLEMENTADO	EXECUTADO
7.104.000	1.591.304	8.695.304

Tabela 73 – Metas Físicas e Financeiras

Em R\$-1,00

AÇÕES	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	462	517	111,90%	372.000	127.240	34,20%
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	462	500	108,23%	6.732.000	8.568.063	127,27%
ÍNDICE MÉDIO GERAL DE REALIZAÇÃO				7.104.000	8.695.303	122,40%

Assistência Médica e Odontológica:

Objetivo: Viabilizar assistência médica e odontológica aos servidores públicos do TCM.

Obtenção de Resultados: Foram alcançados.

Justificativa: Houve redução de custos, que não inviabilizou a execução da ação programada.

Auxílio Alimentação:

Objetivo: Viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos do TCM.

Obtenção de Resultados: Acima do programado.

Justificativa: Houve incremento, tendo em vista, insuficiência de recursos na elaboração do Orçamento.

Considerações Finais

Apesar de algumas ações não terem sido executadas em sua totalidade, em detrimento de outras, por diversos fatores, os resultados alcançados da maioria dos Programas, de forma global, foram satisfatórios, pois o Tribunal de Contas dos Municípios não deixou de cumprir sua missão de orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais visando sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade,



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO**

Introdução

O presente documento apresenta a avaliação, do exercício de 2013, dos resultados dos Programas do PPA 2012/2015, do Poder Judiciário, conforme estabelece a Lei n.º 7.595/2011 e a Lei n.º 7.763/2013.

Os dados constantes deste Relatório, referentes à execução física das ações foram coletados junto às unidades responsáveis e alguns deles, apurados diretamente do Sistema LIBRA.

Em relação à execução orçamentária e financeira observou-se que foi executado mais de 90% do orçamento programado, o que reflete o esforço empreendido na execução das ações, as quais estão voltadas ao cumprimento da missão institucional de realizar a justiça na busca da excelência jurisdicional, com vistas a contribuir para o efetivo fortalecimento do estado democrático de direito.

O valor total executado, em 2013, foi de R\$ 669.386.997,06 (seiscentos e sessenta e nove milhões, trezentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e seis centavos), dos quais 67,32% refere-se ao Programa Manutenção da Gestão e 23,77% ao Programa denominado Eficiência Operacional, esses com maior alocação de recursos, uma vez que a maior parte dos valores desses Programas destina-se às despesas com magistrados e servidores, principais instrumentos na prestação dos serviços aos jurisdicionados.

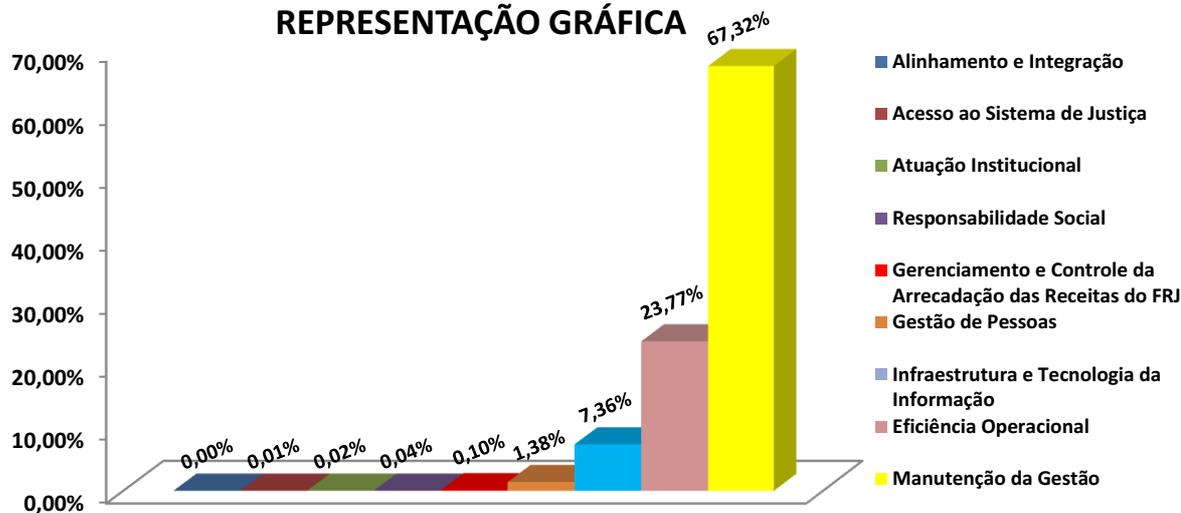
É importante ressaltar, que do total de recursos efetivamente utilizados em 2013, em torno de 10% corresponderam aos recursos do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário (FRJ), considerado importante fonte suplementar de recursos ao orçamento deste TJPA.

Execução Orçamentária por Programa

PROGRAMA	Valor em R\$			%		
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Liquidado (c)	d = (c÷a)x 100	e = (c÷b)x 100	f= (c÷ Total geral) x 100
Acesso ao Sistema de Justiça (1)	859.184,00	859.184,00	69.818,37	8,13	8,13	0,01
Alinhamento e Integração (2)	686.000,00	686.000,00	---	----	---	---
Atuação Institucional (3)	3.038.272,00	979.272,00	117.759,29	3,88	12,03	0,02
Eficiência Operacional (4)	148.778.612,00	170.785.164,94	159.109.529,62	106,94	93,16	23,77
Gerenciamento e Controle da Arrecadação das Receitas do FRJ (5)	1.265.579,00	1.136.300,00	675.151,55	53,35	59,42	0,10
Gestão de Pessoas (6)	14.193.271,00	14.383.741,27	9.256.399,07	65,22	64,35	1,38
Infraestrutura e Tecnologia da Informação (7)	64.040.530,00	87.649.899,33	49.295.854,62	76,98	56,24	7,36
Responsabilidade Social (8)	782.980,00	1.116.980,00	238.793,24	30,50	21,38	0,04
SUBTOTAL (9)	233.644.428,00	277.596.541,54	218.763.305,76	93,63	78,81	32,68
Manutenção da Gestão (10)	457.510.042,00	457.097.896,73	450.623.691,30	98,49	98,58	67,32
TOTAL GERAL 11= (9+10)	691.154.470,00	734.694.438,27	669.386.997,06	96,85	91,11	100

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Programas x Fonte de Recursos

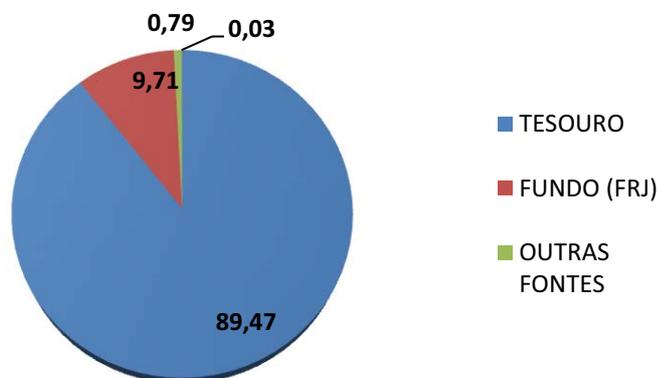
Despesas Realizadas por Fonte de Recursos

PROGRAMA	Valor em R\$				
	Tesouro	Fundo (FRJ)	Outras Fontes	Convênios	TOTAL
Acesso ao Sistema de Justiça	–	69.818,37	–	–	69.818,37
Alinhamento e Integração	–	--	--	--	--
Atuação Institucional	–	101.932,72		15.826,57	117.759,29
Eficiência Operacional	146.077.216,88	8.031.893,73	5.000.419,01	–	159.109.529,62
Gestão de Pessoas	6.562.659,02	2.693.740,05			9.256.399,07
Gerenciamento e controle da Arrecadação das Receitas do FRJ	---	675.151,55	–	–	675.151,55
Infraestrutura e Tecnologia da Informação	11.140.143,31	37.839.710,55	276.400,76	39.600,00	49.295.854,62
Responsabilidade Social	–	65.370,97	–	173.422,27	238.793,24
Manutenção da Gestão	435.120.863,59	15.491.507,30	11.320,41	–	450.623.691,30
TOTAL (*)	163.780.019,21	49.477.617,94	5.276.819,77	228.848,84	218.763.305,76
TOTAL GERAL	598.900.882,80	64.969.125,24	5.288.140,18	228.848,84	669.386.997,06

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

(*) Sem computar o Programa Manutenção da Gestão

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

PROGRAMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Órgão Executor:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Objetivo:** Garantir o acesso à justiça e a efetividade do cumprimento das decisões judiciais**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Análise dos Recursos do Programa**

Fonte de Recursos - Programa acesso ao Sistema de Justiça

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	-	-	-	-	-
FRJ	859.184,00	859.184,00	69.818,37	8,13	8,13
Convênios	-	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-	-
TOTAL	859.184,00	859.184,00	69.818,37	8,13	8,13

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa**- Indicadores do Programa**

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Índice de Resolutividade de Ações de Conflitos Fundiários Urbanos e Rurais	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2012	24%	10%	10%	15%	15%	69%

Análise: Em 2013 foram distribuídas 275 ações de natureza fundiária e sentenciadas 189 ações em todo o Estado com resolutividade, registrando um índice de 69%. Este resultado conferiu a meta de 54% acima do índice esperado para esse ano.

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Número de Pessoas com Acesso a Justiça	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2012	438 mil pessoas	306 mil pessoas	322 mil pessoas	337 mil pessoas	355 mil pessoas	482.695 pessoas
Análise: Em 2013 o número de pessoas com acesso a justiça chegou a 482.695 pessoas atendidas, representando um crescimento de 49,91% quando comparado ao índice esperado para o ano.								

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2012	83%	59%	56%	53%	51%	74%
Análise: Em 2013 a taxa de congestionamento na fase de execução atingiu 74% de congestionamento, ficando 11,54% acima do índice estipulado para esse ano.								

Principais Resultados do Programa

1. Homologação de 23.246 acordos nas audiências realizadas.
2. Realização do II Curso de Formadores em Direito Registral para a Amazônia Legal.

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de medida	Programado	Executado	% Execução
Conciliação com a Justiça	376.260,00	23,2	0,01	Acordo Realizado (Un)	2.272	23.246	1.023,15
<p>Análise: A ação Conciliação com a Justiça tem como objetivo a elevação do número de acordos e soluções consensuais de conflitos, mediante conciliação e mediação. No ano de 2013 foram efetivados 23.246 acordos distribuídos no Primeiro Grau de Jurisdição e Juizados Especiais, ultrapassando em mais de 1000% a meta programada. Desse total, foram contabilizados 9.483 acordos nas Comarcas que fazem parte da Região Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba), o que equivale a 40,79% do número de acordos realizados, conforme dados registrados no Sistema Libra.</p> <p>Durante o ano de 2013 aconteceram eventos específicos de Conciliação, como por exemplo, a I e II Semana de Conciliação de Execução Fiscal. Ressalta-se que das 835 audiências realizadas foram efetivados 755 acordos, ou seja, houve acordo em mais de 90% das audiências realizadas. A semana de Conciliação de Execução Fiscal implementada como política de conciliação permanente, com calendário anual estabelecido nas Varas de Execução Fiscal na Comarca de Belém. A iniciativa é fundamentada nos princípios constitucionais do livre acesso a justiça, da pacificação social e da dignidade da pessoa humana, bem como na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nas referidas audiências os devedores podem propor e fechar acordos por meio de parcelamentos de débito, com descontos nos juros e multas.</p> <p>Outro evento de destaque no ano de 2013 foi a VIII Semana Nacional de Conciliação, definida pelo CNJ que efetivou 1.051 acordos. Por meio da Conciliação pretende-se tornar mais rápida e efetiva a prestação jurisdicional, além de promover a cultura da paz e do entendimento. Durante a I Feira de Conciliação – Consumidor Inteligente, evento que faz parte da VIII Semana de Conciliação, foram fechados 140 acordos.</p>							
Concretizando a Justiça Especializada	267.424,00	26.938,10	10	Pessoa Atendida (Un)	30.189	17.834	59,07
<p>Análise: A ação proporcionou o atendimento de pessoas, por meio das seguintes iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Projeto “Armário Limpo”, mediante o proferimento de 1.742 sentenças no Mutirão de Sentenças e 277 audiências no Mutirão de Audiências; ○ Julgamento de 7.789 recursos pelas Turmas Recursais; ○ VIII Semana Nacional de Conciliação que propiciou o atendimento a 9.231 pessoas; ○ 1ª Feira de Conciliação – Consumidor Inteligente com 537 atendimentos. 							
Implementação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários	35.000,00	3.217,00	9	Conflito Pacificado (Un)	493	189	38,34
<p>Análise: Em 2013 foram proferidas 189 sentenças relacionadas a conflitos agrários nas comarcas de Marabá (110), Redenção (24), Castanhal (21), Altamira (10), Santarém (3), Parauapebas (2), Cametá (9), Itaituba (5), Barcarena (1), Senador José Porfírio (1), Santa Isabel do Pará (1), Canaã dos Carajás (1), Irituia (1).</p>							

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de medida	Programado	Executado	% Execução
Justiça Ribeirinha	23.000,00	7.050,81	31	Pessoa Atendida (Un)	2.598	7.229	278,25
<p>Análise: A ação Justiça Ribeirinha tem sido executada por meio do Projeto Ribeirinho Cidadão, o qual realiza atendimento a comunidades ribeirinhas com dificuldade de acesso aos serviços públicos, entre eles o acesso à justiça. No ano de 2013, o Projeto foi realizado no município de Almeirim, em três etapas: Comunidades às margens do rio Arraioilos, rio Parú e Região de Chicaia. Em cada um dos eixos fluviais acima citados foram estabelecidas bases de atendimento a populações ribeirinhas da região escolhida e de sua circunvizinhança. Além do atendimento efetuado pelo Tribunal de Justiça houve também atendimento médico e emissão de documentos realizados através de parcerias com outros órgãos. Nas três etapas do Projeto foram atendidas 7.229 pessoas em 87 comunidades.</p>							
Modernização dos cartórios de registros de imóveis do Estado do Pará	157.500	32.589,12	20,69	Cartório modernizado	25	--	--
<p>Análise: Essa Ação tem como objetivo informatizar procedimentos cartoriais, sendo realizado em 2013 um curso de Registro de Imóveis pela Escola Paulista de Magistratura, com a participação de 25 magistrados do TJPA, sendo 05 juízes de Varas Agrárias e 20 Juízes de Registros Públicos.</p>							

PROGRAMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Órgão Executor: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Objetivo: Garantir o alinhamento estratégico e fomentar a interação e a troca de experiência entre as Unidades Jurisdicionais do Estado, com as Comarcas do Estado e com os Tribunais.

Público Alvo: Unidades Judiciais e Administrativas do Poder Judiciário

Análise dos Recursos do Programa

Fonte de Recursos - Programa Alinhamento e Integração

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	-	-	-	-	-
FRJ	686.000,00	686.000,00	-	-	-
Convênios	-	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-	-
TOTAL	686.000,00	686.000,00	-	-	-

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa

Principais Resultados do Programa:

1. Instituição do Sistema de Monitoramento do Planejamento (SIMPLAN) para monitorar a execução dos instrumentos de planejamento.
2. Realização do VII Encontro Nacional do Poder Judiciário em Belém, com o objetivo de decidir as metas nacionais de 2014 e os macro desafios para o período 2015/2020, dentro dos princípios de governança colaborativa;

3. Coordenação, pelo TJPA, do grupo de trabalho da Região Norte no planejamento estratégico nacional, cujo objetivo é definir estratégias da Justiça para o período 2015/2020;
4. Implantação do Banco de Boas Práticas, composto de 8 projetos desenvolvidos por magistrados, cujas experiências ficam à disposição para serem replicadas no Estado.
5. Vale ressaltar que o ano de 2013 foi pautado no fortalecimento do planejamento e da gestão compartilhada alinhados com os princípios de governança colaborativa, especialmente com a criação de novas instâncias decisórias, como por exemplo, o Colegiado de Planejamento Estratégico, Comitê de Gestão Operacional e Comitê de Indicadores.

Avaliação das Ações do Programa

Ação: Banco de Boas Práticas de Gestão

Análise: A ação Banco de Boas Práticas tem o objetivo catalogar e disseminar melhores práticas de gestão desenvolvidas pelas diversas unidades do Poder Judiciário. Em 2013 foi implantado o Banco de Boas Práticas, por meio da Central de Pesquisa e Apoio à Magistratura, com a catalogação de 8 (oito) projetos institucionalizados, que foram sistematizados. O referido registro dos projetos no Banco de Boas Práticas facilita a troca de experiências de trabalho entre as diversas unidades administrativas e judiciárias, e contribui para a melhoria dos serviços prestados aos jurisdicionados.

A seguir, os Projetos institucionalizados: “Ribeirinho Cidadão”: porto seguro para a inclusão social; “Conquistando a Liberdade”: sistema penal e escolas articuladas; “Cidadania Total”: acesso aos serviços públicos; “Biblioteca do Saber”: doação de livros abre novas perspectivas a detentos; “Semana de Conciliação Fiscal”: descontos de até 90% em juros e multas; “Comarcas Amigas” rotinas em regime de colaboração; “Armário Limpo”: congestionamento reduzido; e “Recomeço” reconhecimento de paternidade sem formalidades. A execução da ação não demandou recursos financeiros, tendo em vista que o Banco de Boas Práticas de Gestão foi desenvolvido pela própria equipe da Secretaria de Informática, não precisando da contratação de serviços de consultoria e aquisição de *software*.

Ação: Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico

Análise: A ação “Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico” visa garantir o alinhamento estratégico das unidades do Poder Judiciário. Em 2013 o Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan) foi implantado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Trata-se de ferramenta centrada no uso da informação como instrumento de gestão, que opera de modo a atender as etapas de monitoramento e avaliação do ciclo do planejamento. O sistema funciona com base na estrutura de software livre “Redmine”, em conjunto com um banco de dados que contém informações do Planejamento Estratégico 2010-2014 e do Plano de Gestão 2013-2015. Foram 30 setores do Tribunal de Justiça envolvidos no processo de alinhamento estratégico de 111 ações e 568 etapas, constantes no Plano de Gestão 2013-2015. A execução da ação não demandou recursos financeiros, tendo em vista que o SIMPLAN foi desenvolvido pela própria equipe da Secretaria de Informática, não precisando da contratação de serviços de consultoria e aquisição de software.

PROGRAMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Órgão Executor:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Objetivo:** Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, instituições e setores de diferentes níveis, bem como disseminar valores éticos e morais.**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Análise dos Recursos do Programa**

Fonte de Recursos - Programa Atuação Institucional

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	-	-	-	-	-
FRJ	1.458.272,00	963.272,00	101.932,72	7	10,58
Convênios	120.000,00	16.000,00	15.826,57	13,19	98,92
Outras Receitas	1.460.000,00	-	-	-	-
TOTAL	3.038.272,00	979.272,00	117.759,29	3,88	12,03

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa**- Indicadores do Programa**

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Incremento de Inserções Institucionais na Mídia	Imprensa do TJE	2012	1,20%	2%	2%	3%	3%	41,31
Análise: Em 2013 o índice de inserções na mídia teve acréscimo de 41,31%, em relação ao ano anterior.								

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Índice de Efetivação de Resultados Cooperativos	Coordenadoria de Estatística do TJE	2009	90%	93%	94%	96%	96%	62%
Análise: Em 2013, foram efetivadas 81 parcerias estratégicas das 131 parcerias realizadas pelo TJPA, ou seja, 62% foram parcerias estratégicas.								

Principais Resultados do Programa

1. Inauguração da Web Rádio Jus, cujo conteúdo é repassado a mais de 3000 rádios em todo Brasil.
2. 512 rádios de 144 municípios paraenses utilizam matérias da Web Rádio Jus.
3. Assinatura de Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” com objetivo de disponibilizar laudos periciais com assinatura eletrônica e certificado digital.
4. Parceria com o UNICEF para assegurar ações conjuntas na área da infância e juventude.
5. 3.064 pessoas conheceram um pouco da história do Judiciário paraense, nos municípios de Santarém, Salinópolis, Paragominas, Parauapebas, Belém e Augusto Correa, por meio do “Museu sobre Rodas”, com a apresentação de fatos históricos relevantes, além de explicar como funciona a instituição e de que forma o cidadão pode recorrer à Justiça.

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/U nidade de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação das ações de comunicação e publicidade	563.272,00	32.593,00	6	Notícia difundida (Un)	1.744	2.367	135,72
<p>Análise: Com objetivo de aprimorar a comunicação com o público interno e externo e fomentar a política de acesso do jurisdicionado aos trabalhos desenvolvidos pelo Poder Judiciário, ocorreu ampla valorização da Comunicação Social, garantindo a transparência e a democratização das informações e resultando de forma direta na aproximação do Judiciário com a Sociedade. Em 2013, foram registradas 2.367 notícias difundidas, seja no Portal interno e externo, assim como as notícias veiculadas em jornais de grande circulação no Estado do Pará.</p> <p>Dentre as várias ações desenvolvidas, citam-se as transmissões das sessões do Tribunal Pleno, reuniões das Câmaras cíveis e criminais, de julgamentos e veiculação das principais notícias do Poder Judiciário, no portal do TJPA, endereço eletrônico http://www.tjpa.jus.br.</p> <p>Merece destaque no ano de 2013 o ingresso do TJPA nas redes sociais, como por exemplo, a disponibilização de imagens por meio do <i>Flickr</i> e <i>YouTube</i>.</p>							
Implementação dos Laudos Periciais	16.000,00	15.826,00	99	Sistema Implementado (Un)	1	-	-
<p>Análise: Foi firmado Termo de cooperação técnica e financeira entre o Tribunal de Justiça do Pará, Ministério Público do Estado e o Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", visando à execução do Projeto de aperfeiçoamento dos laudos periciais para disponibilização em meio eletrônico. A ação tem previsão de conclusão no ano de 2014, com a expedição de laudos periciais <i>on line</i>. (Valor de repasse do Termo de cooperação técnica - R\$ 300.00,00).</p> <p>OBS: Esta ação teve sua dotação inicial de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dos quais R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foram destacados para o CPC Renato Chaves por conta do Termo de Cooperação acima citado.</p>							
Rádio Justiça	400.000,00	69.339,00	17	Ação Implementada (Un)	1	1	100
<p>Análise: Em 2013 foi inaugurada a Web Rádio Jus, voltada à democratização da informação e aproximação do Poder Judiciário com o jurisdicionado.</p> <p>As notícias são produzidas diariamente pela Web Rádio Jus e disponibilizadas a mais de três mil emissoras de rádios de todo o País para <i>download</i> dos áudios. Na grade, estão disponíveis programas diários, como "Justiça Informa" (radio jornal), "Palavra do Magistrado" (<i>talk show</i> com juízes e desembargadores) e o "Bom Dia, Presidente" (mensagem semanal da Presidente para os servidores, magistrados e jurisdicionados). Pela Rádio Web são transmitidas ao vivo as sessões do Pleno.</p> <p>A rádio é a ferramenta de comunicação mais utilizada pela população em geral, especialmente em um Estado de grandes distâncias geográficas como o Estado do Pará, atuando como elemento facilitador de informações e em consequência na melhoria do acesso da população aos direitos.</p>							

PROGRAMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Órgão Executor: Tribunal de Justiça do Estado do Pará/Justiça Militar do Estado

Objetivo: Fortalecimento da Gestão e governança com transparência

Público Alvo: População do Estado do Pará

Análise dos Recursos do Programa

Fonte de Recursos - Programa Eficiência Operacional

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	124.222.227,0 0	146.155.067,28	146.077.216,88	117,59	99,47
FRJ	18.566.574,00	18.615.037,08	8.031.893,73	43,26	43,15
Convênios	-	-	-	-	-
Outras Receitas	5.989.811,00	6.015.060,58	5.000.419,01	83,48	83,13
TOTAL	148.778.612,0 0	170.785.164,94	159.109.529,62	106,94	93,16

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa**- Indicadores do Programa**

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário Estadual (TCJ)	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2012	69,90 %	57,48%	52,49%	47,49%	42,49%	63%
Análise: Em 2013 a taxa de congestionamento do Poder Judiciário atingiu 63% no ano, ficando 6,89% acima do índice esperado para o ano vigente.								

Principais Resultados do Programa

1. No projeto “Futebol com a justiça” foram registrados 54 (cinquenta e quatro) Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCOs) em 15 eventos esportivos.
2. Prestação dos serviços jurisdicionais garantida a 482.695 pessoas no Estado do Pará, mediante a ação Justiça ao Alcance de Todos.
3. Correição e fiscalização, pela Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e pela Corregedoria das Comarcas do Interior, em 99 unidades judiciárias.
4. Maior celeridade nos processos administrativos com a implantação do Sistema SIGA-DOC.

Análise dos Resultados do Programa

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de medida	Programado	Executado	% Execução
Expansão da Infraestrutura judiciária	33.764.339,64	25.058.999	74	Comarca/Vara instalada (Un)	24	31	129,16

Análise: Em 2013, o Poder Judiciário propôs e teve aprovados pela Assembleia Legislativa projetos de Lei que criaram novas varas, comarcas de primeira entrância e transformaram termos judiciários em outras Comarcas, de modo a ampliar o acesso ao Sistema de Justiça aos jurisdicionados, conforme discriminação a seguir:

1ª entrância

- ✓ Criação das Comarcas de Ipixuna do Pará, Anapú e Vitória do Xingu.
- ✓ Transformação dos termos judiciários de Inhangapi e Aveiro em Comarcas
- ✓ 1 Vara na Comarca de Canaã dos Carajás
- ✓ 1 Vara na Comarca de Curionópolis
- ✓ 1 Vara na Comarca de Dom Eliseu
- ✓ 1 Vara na Comarca de São Félix do Xingu
- ✓ 1 Vara Distrital de Monte Dourado.

2ª entrância

- ✓ 1 Vara na Comarca de Bragança
- ✓ 1 Vara na Comarca de Capanema
- ✓ 1 Vara na Comarca de Itaituba
- ✓ 1 Vara do Juizado Especial na Comarca de Itaituba, pela transformação do Juizado Especial Adjunto.
- ✓ 1 Vara na Comarca de Tucumã
- ✓ 1 Vara na Comarca de Xinguara.

3ª entrância

- ✓ Criação das 3ª e 4ª varas da Infância e Juventude

- ✓ Criação da 7ª Vara da Fazenda Pública.

Juizado Especial

- ✓ Comarca da Capital – Distrito de Icoaraci – 1 vara
- ✓ Comarca de Altamira – 1 vara
- ✓ Comarca de Ananindeua – 4 varas
- ✓ Comarca de Castanhal – 1 vara
- ✓ Comarca de Conceição do Araguaia – 1 vara
- ✓ Comarca de Paragominas – 1 vara
- ✓ Comarca de Parauapebas – 1 vara
- ✓ Comarca de Redenção – 1 vara
- ✓ Comarca de Tucuruí – 1 vara.

Gestão de Processos e Documentos	1.294.814,48	12.403,02	1	Acervo documental otimizado (Un)	9	5	55,55
----------------------------------	--------------	-----------	---	----------------------------------	---	---	-------

Análise: A ação Gestão de Processos e Documentos tem a finalidade assegurar de forma eficiente à gestão de documentos administrativos e judiciais que circulam no Poder Judiciário Estadual.

No exercício de 2013 foram otimizados os seguintes acervos:

- **Ananindeua** - O arquivo de Ananindeua recebeu toda infraestrutura: estantes, computadores, mesas, contratação de bolsistas estagiários e treinamento.
- **Belém/Anexo I** - Com as novas dependências foi possível organizar a documentação, com a instalação de 784 estantes deslizantes.
- **Belém/Arquivo Financeiro** – Foi realizada a higienização e sistematização dos documentos de prestação de contas do setor Financeiro do TJPA.
- **Paragominas** - Organização e controle, no sistema Libra, do acervo da 1ª e 3ª Vara Cível.
- **Santarém** - Visando à higienização, identificação e conservação dos processos de natureza histórica, foi firmado convênio de cooperação técnica entre a Comarca de Santarém e a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Ao final, a Ufopa disponibilizará cópia digitalizada ao TJE e a documentação terá condições de ser divulgada, conhecida e pesquisada.

Implantação da digitalização de documentos do arquivo judiciário	9.000,00	--	--	Documento digitalizado (Un)	129.577	496.389	383
--	----------	----	----	-----------------------------	---------	---------	-----

Análise: A ação implantação da digitalização de documentos do arquivo judiciário foi viabilizada por meio da instalação da Central de Digitalização e recuperação de acervo do arquivo documental do Poder Judiciário, com a celebração de Convênio com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), que viabilizou a contratação de 08 (oito) reeducandas do sistema penal. Em 2013, no período de maio a dezembro foram digitalizados 25.448 documentos, envolvendo cerca de 496.389 páginas digitalizadas, de processos a serem remetidos ao STJ, de expedientes de informática, de processos de prestação de contas, processos de adoção, livros, portarias da Presidência e processos SIGA-DOC.

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executa do	% Execuçã o	Produto/Unid ade de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação das Ações das Corregedorias	315.180,00	253.295,47	80	Unidade Judiciária Fiscalizada (Un)	35	99	282,86

Análise: A ação implementação das ações das corregedorias tem como objetivo manter os meios indispensáveis ao exercício das atividades de correição e fiscalização das unidades judiciárias. Na referida ação tem-se as correições realizadas tanto pela Corregedoria da Região Metropolitana quanto a do Interior. Do total executado das correições, 41 foram realizadas pela Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e 45 pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

A Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém além das correições de rotina ainda realizou 03 (três) inspeções judiciais, no Cartório do 2º Ofício de Registro Civil de Nascimento e Óbitos, no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Ananindeua – Cartório Faria Neto e na 1ª Vara Cível da Comarca de Benevides, perfazendo um total de 44 unidades judiciárias fiscalizadas.

Além das 45 unidades correicionadas no ano de 2013 pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, realizou ainda mutirões de processos e de secretaria, abrangendo 10 Comarcas correicionadas e 10 não correicionadas, perfazendo um total de 55 unidades judiciárias fiscalizadas. A execução dessas atividades resultou em unidades judiciárias mais otimizadas, assim como direcionou tanto o Juiz quanto os servidores à tomada de decisões concernentes a problemas futuros, que por ventura possam surgir nas Unidades correicionadas e/ou fiscalizadas.

Implementação das Ações dos Juizados Especiais	80.000,00	33.516,06	42	Pessoa Atendida (Un)	14.197	7.750	54,59
--	-----------	-----------	----	----------------------	--------	-------	-------

Análise: A ação proporcionou o atendimento de pessoas, por meio das seguintes iniciativas:

- Projeto “Futebol com Justiça”, o qual registrou 54 Termos Circunstanciados de Ocorrência em 15 eventos esportivos com expectativa de público igual ou superior a 20 mil expectadores;

Atividades Itinerantes:

- Projeto “Conciliando na Transamazônica” com 25 audiências realizadas na comunidade da Vila Cajazeiras, localizada a 25 km da Comarca de Itupiranga, às margens da Rodovia Transamazônica;
- Projeto “Cidadania Total”, o qual atendeu 7.061 pessoas nas localidades de Vila Araí, Nova Olinda, Aturiaí e Vila Verde no município de Augusto Correa;
- Na Festa do Çairé onde foram realizadas 80 sessões de conciliação;
- Em Parauapebas, na Feira Agropecuária do município, com 50 audiências de conciliação realizadas;
- Em Canaã dos Carajás, numa parceria com a Prefeitura do Município e com a Cia. Vale do Rio Doce, foram realizadas 300 audiências de conciliação.
- Projeto “Verão com Justiça” realizado nos balneários de Outeiro, Mosqueiro, Marudá e Salinas, com atendimento a 180 pessoas.

Justiça ao Alcance de Todos	135.204.7460,41	133.678.842,05	99	Pessoa Atendida (Un)	38.218	482.695	1.263%
-----------------------------	-----------------	----------------	----	----------------------	--------	---------	--------

Análise: Por meio da ação Justiça ao Alcance de Todos foi garantida a prestação dos serviços jurisdicionais de 482.695 pessoas no Estado do Pará, sendo 88,18% pelo Primeiro Grau, 5,22% no Segundo Grau, 5,13% pelo Juizado Especial e 1,41% de Turmas Recursais.

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executa do	% Execução	Produto/Uni dade de medida	Programado	Executado	% Execução
Processo Administrativo Digital	82.000,00	62.000	76	Unidade Judicial com Processo Administrativo Digital Viabilizado (Un)	121	31	25,62
<p>Análise: A ação Processo Administrativo Digital tem a finalidade de ampliar a eficiência operacional do processo administrativo digital, por meio do SIGA-DOC.</p> <p>Em 2013, o sistema foi colocado em operacionalização no TJPA, de modo a possibilitar o registro, classificação, tramitação, armazenamento e recuperação de expedientes e processos administrativos de forma digital, com implantação em 31 unidades, incluindo a distribuição de equipamentos para usuários finais e a entrega de 311 Certificados Digitais.</p> <p>Por meio da Escola Superior da Magistratura foram capacitados 270 usuários para a utilização do sistema.</p>							
Implantação do Juizado Especial Digital	25.085,08	10.474,08	42	Juizado Especial Implantado (Un)	10	---	---
<p>Análise: A ação Implantação de Juizado Especial Digital objetiva implantar o Sistema de Processo Judicial Digital (PROJUDI) nos Juizados Especiais, com vistas a reduzir os custos, dar agilidade aos processos e a solução de conflitos. Este sistema foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça que tem como finalidade controlar os processos judiciais digitais.</p> <p>Em 2013, cabe destacar que não houve nenhuma implantação do sistema PROJUDI e que a intenção é de efetuar a migração paulatina do sistema PROJUDI para o Processo Judicial Eletrônico (PJE), conforme orientação do CNJ.</p>							
Implementação do Sistema de Gestão de Custos	10.000,00	---	---	Sistema Eletrônico Implementado	1	---	---
<p>Análise: A ação implementação do Sistema de Gestão de Custos tem como objetivo implantar a informatização do controle de custos das compras. A Secretaria de Informática está estudando, dentre as opções disponíveis, o <i>software</i> a ser customizado para o TJPA.</p>							

PROGRAMA: GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS DO FRJ

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Órgão Executor: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Objetivo: Maior eficiência na arrecadação e no controle das receitas do Fundo de Reparcelamento do Judiciário – FRJ

Público Alvo: Unidades Administrativas e Judiciais do Poder Judiciário.

Análise dos Recursos do Programa

Fonte de Recursos - Programa Gerenciamento e Controle da Arrecadação das Receitas do FRJ

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	-	-	-	-	-
FRJ	1.265.579,00	1.136.300,00	675.151,55	53,35	59,42
Convênios	-	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-	-
TOTAL	1.265.579,00	1.136.300,00	675.151,55	53,35	59,42

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa

- Indicadores do Programa

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Arrecadação do Fundo de Reparcelamento do Judiciário	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2009	35 milhões	44 milhões	46 milhões	48 milhões	50 milhões	76 milhões

Análise: Em 2013 a arrecadação do Fundo de Reparcelamento do judiciário alcançou o montante de 76 milhões, representando um crescimento de 65% em relação ao índice esperado para o ano.

Principais Resultados do Programa

1. Crescimento das receitas do FRJ de 29,57% em relação ao ano de 2012.
2. Aprovação das novas tabelas de custas e emolumentos.
3. Instalado Sistema de Arrecadação extrajudicial em 27 Cartórios

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação dos Sistemas de Arrecadação Judicial e Extra Judicial	1.136.300,00	675.151,55	59	Unidade com Sistema Implementado (Un)	61	27	44,26%

Análise: Essa ação alcançou 44,26% com a implantação do Sistema de Arrecadação Extrajudicial (SIAE) em 27 serventias, nas comarcas de Bragança, Acará, Baião, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Igarapé-Miri, Augusto Correa, Tracuateua, Afuá, Viseu, Curuçá, Terra Alta, Cametá, Santarém, Óbidos, Limoeiro do Ajuru, Anajás, São Miguel do Guamá, Santa Izabel do Pará e Igarapé-Açu.

Cabe destacar que todas as comarcas do Estado possuem sistema de arrecadação judicial instalado (Libra).

A implementação dos Sistemas de Arrecadação, realizado por meio de treinamentos e acompanhamentos nas Unidades de Arrecadação judicial e nos Cartórios Extrajudiciais, possibilitou no ano de 2013, o maior controle e monitoramento das custas judiciais e dos atos notariais e registrais nas comarcas onde as ações foram realizadas, permitindo ainda o menor índice de erros quanto ao cálculo de custas e emolumentos, agilidade na prestação de contas. Em 2013, foram fiscalizadas 167 unidades arrecadadoras, sendo 78 Cartórios e 89 unidades judiciárias, em 52 Comarcas.

PROGRAMA: GESTÃO DE PESSOAS**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Órgão Executor:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Objetivo:** Desenvolver conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores com valorização e comprometimento garantindo a eficiência na gestão de recursos humanos**Público Alvo:** Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará**Análise dos Recursos do Programa**

Fonte de Recursos - Programa Gestão de Pessoas

Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
7.348.000,00	6.563.377,52	6.562.659,02	89,31	99,99
6.645.271,00	7.620.363,75	2.693.740,05	40,54	35,35
-	-	-	-	-
200.000,00	200.000,00	-	-	-
14.193.271,00	14.383.741,27	9.256.399,07	65,22	64,35

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa**- Indicadores do Programa**

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Índice de Capacitação nas Competências Estratégicas	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2009	24%	26%	27%	29%	30%	40%
Análise: Observou-se que, em 2013, 40% dos servidores e magistrados foram capacitados em competências estratégicas, ou seja, dos 4.259 magistrados e servidores do TJPA, 1.700 foram capacitados/treinados em alguma competência estratégica. O índice apurado ficou 10,24% acima do índice esperado para o ano vigente.								

Principais Resultados do Programa

1. Capacitação de 1.700 servidores e magistrados.
2. Participação de 7 Desembargadores no Programa de Gestão avançada do APG Amana-Key, organização de excelência especializada na formação de líderes e de gestores.
3. 452 servidores nomeados em 2013, para os cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Auxiliar Judiciário.
4. Realização do Curso de Media Training para facilitar a relação entre os Magistrados e a mídia;
5. Implantação do Banco de Talentos, que permite o conhecimento das habilidades e a formação profissional e acadêmica dos magistrados e servidores.
6. Implementação do Programa Saúde do Judiciário, estimulando servidores e magistrados à avaliação médica para a prevenção de doenças

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Uni dade de medida	Programado	Executado	% Execução
Capacitação de Magistrados e Servidores em Competências estratégicas	2.054.250,27	762.661,22	37	Pessoa Capacitada (Un)	1733	1.700	98
Análise: Com o objetivo de desenvolver conhecimentos técnicos foram capacitados em torno de 1700 magistrados e servidores. As capacitações ocorreram da seguinte forma: cursos presenciais <i>in company</i> , cursos presenciais externos e congressos. Além disso, houve ampliação da carga horária referente ao Programa de Ambientação de novos servidores, com a inclusão de novos temas e palestrantes, além de programação específica para os cargos de Oficial de Justiça, Contador e Psicólogo.							
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à saúde	9.738.338,14	7.193.544,33	74	Número de usuários do Plano de saúde (Un)	9.793	8.861	90,48
Análise: A ação tem por objetivo garantir a vinculação dos membros e dos servidores do Tribunal aos planos de assistência à saúde. Em 2013, foram beneficiados 8.861 usuários, com 90,48% de cumprimento, comparando com a meta estimada.							

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unida de de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação de Encontros Regionais	277.000,00	219.754,25	79	Encontro Realizado (Un)	5	3	60
<p>Análise: O objetivo dos encontros regionais é aproximar os gestores do Judiciário das Comarcas a fim de trocar informações, receber demandas, além de alinhar ações da capital e interior às diretrizes do biênio 2013/2015. Em 2013, os Encontros Regionais foram realizados em Barcarena, Santarém e Paragominas.</p> <p>Cada Encontro Regional reuniu as Comarcas jurisdicionadas a cada município sede dos Encontros, o que totalizou o envolvimento de 69 Comarcas nos referidos eventos.</p>							
Manutenção dos serviços de assistência à saúde dos usuários do Poder Judiciário	736.635,25	94.570, 75	13	Usuário Atendido (Un)	869	10.239	1178,25
<p>Análise: A ação tem por objetivo agilizar as perícias médicas e prestar assistência ambulatorial e odontológica aos membros e servidores do Poder Judiciário. Em 2013, foram beneficiados 10.239 usuários, superando a meta estimada. Dos 10.239 atendimentos, 7.269 dizem respeito às consultas realizadas pela equipe de Serviço Médico, 303 às perícias médicas realizadas pela Junta de Saúde do TJPA e 2.667 pelo Serviço Odontológico.</p> <p>No que se refere aos atendimentos do Serviço Odontológico, 2.138 foram realizados na capital e 529 no interior, esses últimos por meio do Projeto "Sorrisos Felizes", o qual contemplou em 2013, 5 comarcas (Bujarú, Mãe do Rio, Baião, Abaetetuba e Curuçá).</p>							
Padronização dos Procedimentos Administrativos	578.540,0 0	--	---	Unidade com procedimento administrativo padronizado (Un)	18	---	----
<p>Análise: A meta inicialmente prevista nessa ação, voltada à efetivação de procedimentos administrativos aos magistrados e servidores não foi realizada. No entanto, em 2013 o TJPA deu salto qualitativo ao elaborar o 'Manual Base' que servirá como orientador para construção dos demais manuais técnico administrativos do Tribunal de Justiça. Também foi elaborado termo de referência para contratação da consultoria que ficará responsável pela elaboração de 13 manuais para os seguintes procedimentos: licitação, contratos e convênios, administração de mão de obra terceirizada, obras e serviços de engenharia, almoxarifado, transporte, indenização de vantagens não gozadas, cálculo de vantagens funcionais, controle interno, execução orçamentária e financeira, contabilidade, arrecadação e comunicação.</p>							

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Órgão Executor:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Objetivo:** Garantir à infraestrutura apropriada as atividades administrativas e judiciais, bem como disponibilizar sistemas essenciais de TIC**Público Alvo:** Unidades administrativas e judiciais do Poder Judiciário**Análise dos Recursos do Programa**

Fonte de Recursos - Programa Infraestrutura e Tecnologia da Informação

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	16.229.435,00	13.000.317,19	11.140.143,31	68,64	85,69
FRJ	44.617.706,00	71.810.703,14	37.839.710,55	84,81	84,81
Convênios	—	102.900,00	39.600,00	-	38,48
Outras Receitas	3.193.389,00	2.735.979,00	276.400,76	8,65	10,10
TOTAL	64.040.530,00	87.649.899,33	49.295.854,62	76,98	56,24

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa**- Indicadores do Programa**

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Coefficiente de Edificação e/ou Reformas Executadas por Imóvel do Poder Judiciário	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2012	44%	9%	9%	9%	9%	64%

Análise: Em 2013 o coeficiente de edificação e ou reformas executadas por imóvel do Poder Judiciário alcançou 64% de adequação, isto é, dos 152 imóveis existentes 98 imóveis foram reformados entre 2012 e 2013. Desta forma, o índice apurado em 2013 mostrou-se bem superior ao índice esperado no mesmo período, o que revela um aumento considerável de intervenções físicas em prédios do Poder Judiciário.

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Índice de Disponibilidade de Infraestrutura de Equipamentos de Tecnologia	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2012	97%	96%	97%	98%	99%	94%

Análise: Em 2013 o índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamento de tecnologia ficou em 94%, registrando uma queda de 1,5% em relação à meta pretendida para o mesmo ano.

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Índice de Disponibilidade de Sistemas On-Line	Coordenadoria de Estatística do TJPA	2012	97%	92%	94%	96%	97%	97%

Análise: Em 2013 o índice de disponibilidade de sistema on-line alcançou 97% de disponibilidade entre os sistemas aos seus usuários, representando 1,55% acima da meta estimada para 2013.

Principais Resultados do Programa

1. Criação do novo portal do TJPA, com layout moderno e navegação ágil, seguindo as tendências dos portais de comunicação de Tribunais do Brasil.
2. Melhorias no *link* de comunicação em 88 comarcas, proporcionando maior velocidade de acesso aos sistemas corporativos do TJPA.
3. Aumento da frota de veículos, garantindo maior mobilidade ao Judiciário para atender com rapidez as demandas na capital e no interior do Estado.
4. Inauguração da Central de Serviços de Informática - Casa Amarela, assegurando maior qualidade no atendimento de suporte à informática.
5. Conclusão de 10 obras com investimento total de R\$ 9,9 milhões, incluso o investimento em segurança dos prédios, impulsionando o maior alcance da Justiça ao cidadão paraense

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de medida	Programa do	Executado	% Execução
Atualização Tecnológica dos Sistemas de Processos Judiciais	11.507.872,75	10.301.946,00	89,52	Sistema Atualizado (Un)	6	10	166,67
<p>Análise: A ação tem como objetivo atualizar e implementar sistemas eletrônicos dos serviços jurisdicionais. Cabe ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará no ano de 2013 procedeu atualização em 8 sistemas de processo (Libra, Custas Web, SIC, SDJ, SAP2G, PROJUDI, SISPE, SAPTR, e 2 sistemas administrativos (SIGADOC, Mentor RH), totalizando 10 sistemas atualizados, tendo superado a meta estimada.</p>							
Implantação da Central de Serviços	3.036.997,00	2.813.356,00	93	Central de Serviços Implantada (Un)	1	1	100
<p>Análise: Cabe ressaltar, em 2013 a inauguração da nova Central de Serviços, criada para reduzir as distâncias entre as comarcas e dar mais agilidade a quem busca os serviços judiciários, com objetivo de centralizar o novo sistema tecnológico do TJP. Essa medida além de dar celeridade aos processos visa aproximar o cidadão, principalmente do interior, dos serviços judiciários. Na Casa Amarela há um agrupamento de recursos em um único local de trabalho maximizando os resultados dos atendimentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).</p> <p>A Central de Serviços foi concebida pela área de Tecnologia da Informação (TI) para atender de forma centralizada os usuários do Polo Central (Belém) e também dos 12 Polos Judiciários (Ananindeua, Vigia, Abaetetuba, Castanhal, Capanema, Paragominas, Marajó, Cametá, Marabá, Redenção, Altamira, Santarém). Em 2013 foram realizados 31.517 atendimentos, com uma média mensal de solução dentro do acordo de nível de serviço de 97,76%, o que significa uma atuação considerada satisfatória. Cabe, ainda, destacar que de forma complementar, encontra-se em fase de implantação a expansão dos Polos de suporte avançados nas Comarcas do interior, com a finalidade de dar maior agilidade na resolução dos problemas e redução dos custos operacionais, propiciando maior eficiência.</p>							
Implementação de Sistema de Segurança da Informação	10.441.860,17	2.715.185,00	26	Sistema Implementado /Mantido (Un)	1	1	100
<p>Análise: No exercício de 2013 foram realizadas aquisições para garantir a segurança da informação, com destaque para o novo sistema de armazenamento em massa (<i>storage</i>) em substituição ao atual sistema. Foi adquirida também solução corporativa de sistema de controle (filtro) de acesso à <i>web</i> (<i>Proxy</i>), além da aquisição de novas licenças para os sistemas operacionais.</p>							

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de medida	Programa do	Executado	% Execução
Manutenção e Expansão da Rede de Comunicação entre Comarcas	7.161.088,06	5.561.301,00	77,66	Unidade Atendida (Un)	5	88	1760
<p>Análise: A ação Manutenção e Expansão da Rede de Comunicação entre Comarcas tem como objetivo manter e ampliar os <i>links</i> de comunicação do Poder Judiciário. Todas as 108 Comarcas do Estado do Pará encontram-se interligadas em rede. Em 2013, por meio do Projeto Infosat 88 comarcas tiveram melhoria no link de comunicação com novos circuitos de dados via satélite com a instalação e teste das antenas. A execução superou a previsão estimada pela implantação do referido projeto nas comarcas do interior, o que possibilita maior velocidade de acesso aos sistemas corporativos do TJPA.</p>							
Manutenção, Conservação e Restauração de Prédios do Poder Judiciário	26.844.332,00	13.023.657,00	49	Unidade Atendida (Un)	25	32	128
<p>Análise: A ação em foco tem o escopo de garantir condições adequadas de funcionamento da infraestrutura física, instalação elétrica e rede lógica. Em 2013, com o atendimento de 32 unidades, a ação alcançou 128% da meta física programada, tendo sido despendidos 49% dos recursos disponibilizados.</p> <p>Foram realizados investimentos em obras de reformas, ampliação, adaptação e construção de infraestrutura e de manutenção.</p> <p>Em 2013 foram concluídas 10 obras, sendo 05 localizadas no interior, Mocajuba, Conceição do Araguaia, Tucumã, em Santa Izabel do Pará e as restantes em Belém, Icoaraci e Ananindeua.</p> <p>Os demais atendimentos referem-se a intervenções de manutenção e conservação nas seguintes unidades: Belém - Prédio Sede, Fórum Cível, Fórum Criminal, Anexos I, II, III, IV e V, Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais e Casa da Justiça e Cidadania; Fórum Distrital de Mosqueiro; Castanhal; Ananindeua; São Miguel do Guamá; Cametá; Viseu; Marapanim; Castanhal e Curuçá.</p> <p>Ressalta-se ainda, que nesse exercício ficaram mais 8 obras em andamento: Fórum de Santana do Araguaia, Fórum de Goianésia, Juizado Especial Criminal do Jurunas, adaptação da Residência Oficial de Santo Antônio do Tauá, Construção do novo Almoxarifado em Belém, construção do Novo Juizado Especial do PAAR, Fórum de Breves e Fórum de Tomé-Açu.</p>							
Programa de Segurança	9.006.790,56	4.952.484,00	55	Unidade de Segurança Implantada (Un)	21	10	47,62
<p>Análise: A ação tem por objetivo implantar e manter instrumentos de segurança nas unidades do Poder Judiciário. Foram implantadas 10 unidades de segurança, com as obras entregues, localizadas nas seguintes unidades: Belém – Anexos II e III, Central de Atendimento de Serviços de Informática – Casa Amarela, Juizado Especial de Icoaraci, Fórum de Mocajuba, Juizado Especial de Conceição do Araguaia, Fórum de Tucumã, Juizado Especial de Santa Izabel, Juizado Especial da Cidade Nova VIII e o Fórum Distrital de Monte Dourado). Essas unidades possuem instalações de instrumentos de segurança, tais como, Circuito Fechado de TV e vídeo, concertina e porta giratória detectora de metais.</p>							

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execu ção	Produto/Unida de de medida	Programa do	Executa do	% Execu ção
Aparelhamento das unidades judiciárias	11.942.685,26	6.274.647,00	53	Unidade equipada (Un)	81	108	133,33
<p>Análise: Com o intuito de fortalecer o 1º grau do judiciário foram adquiridos 122 novos veículos, sendo 50 picapes, 30 carros, 40 motocicletas e 2 lanchas costeiras para as áreas de populações ribeirinhas. Foram beneficiadas com as aquisições 72 comarcas. Além disso, foram também distribuídos mobiliários e outros componentes para o universo das comarcas existentes.</p>							
Atualização, expansão e manutenção do parque computacional do Poder Judiciário	7.706.272,32	3.653.274,89	47	Unidade Judiciária Padronizada	26	108	415,38
<p>Análise: Em 2013 as 108 comarcas que integram o Tribunal de Justiça foram contempladas com algum equipamento de informática, superando assim a meta prevista para essa ação e contribuindo para um melhor desempenho das atividades do Tribunal. Entre os equipamentos distribuídos em 2013 destacam-se: 730 computadores, 154 <i>scanners</i>, 511 impressoras, 689 <i>nobreaks</i> e 249 leitores de código de barras.</p>							

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL**Órgão Responsável:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Órgão Executor:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará**Objetivo:** Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.**Público Alvo:** População do Estado do Pará**Análise dos Recursos do Programa**

Fonte de Recursos - Programa Responsabilidade Social

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	–	–	–	–	–
FRJ	562.980,00	792.980,00	65.370,97	11,61	8,24
Convênios	120.000,00	224.000,00	173.422,27	144,52	77,42
Outras Receitas	100.000,00	100.000,00	–	-	-
TOTAL	782.980,00	1.116.980,00	238.793,24	30,50	21,38

Fonte: BO/SIAFEM/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Análise dos Resultados do Programa**- Indicadores do Programa**

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Número de Pessoas beneficiada pelos projetos sociais	TJE	2012	9254 pessoas	2591	2720	2856	3000	8.487

Análise: O índice apurado em 2013 superou a previsão em 212%, demonstrando a efetiva atuação do TJPA no atendimento de pessoas em projetos de cunho social. O índice apurado envolve as pessoas beneficiadas pelas ações da Casa da Justiça e Cidadania e Aguapé.

Principais Resultados do Programa

1. Criação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), cujo objetivo é planejar e instituir políticas voltadas ao tratamento de conflitos e o incentivo à capacitação e treinamento de profissionais que se dedicam à conciliação.
2. Realização da V Semana do Meio Ambiente, incentivando hábitos saudáveis e de preservação ambiental entre os servidores;
3. Foram atendidas 418 pessoas, por meio do “Projeto Começar de Novo”, com a promoção de ações de reinserção social de presos.

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executada	% Execução	Produto/Unid ade de medida	Programado	Executada	% Execução
Implementação das Ações da Agenda Sócio Ambiental	323.087,00	3.925,00	1	Ação Implementada (Un)	39	13	33,33
<p>Análise: Entre as ações que compõem a Agenda Sócio ambiental do TJPA destaca-se o projeto de incentivo a reciclagem, onde o TJPA através da coleta seletiva de materiais recicláveis trabalha a questão da coleta solidária, doando o material a cooperativas de reciclagem. O uso de sacolas retornáveis para transporte de material de expediente foi outra medida implantada no Tribunal para substituir o uso de sacolas plásticas, contribuindo assim para formação de um ambiente ecologicamente equilibrado. Em junho foi realizada a V Semana do Meio Ambiente com o tema: Água - Fonte de Vida, com objetivo de sensibilizar os servidores e magistrados sobre consumo sustentável e consciência ecológica principalmente em relação à qualidade de vida no trabalho. O trabalho de sensibilização foi realizado no Fórum Cível, Criminal, Juizados Especiais, Comarcas de Santa Bárbara, Mosqueiro, Santa Izabel e Castanhal.</p>							
Justiça e Cidadania	125.412,00	10.051,00	8	Pessoa Atendida (Un)	14156	8.069	57
<p>Análise: As ações de Justiça e Cidadania são implementadas por meio da Casa da Justiça e Cidadania (CJC) deste TJPA.</p> <p>Dentre as iniciativas realizadas em 2013, cabe destacar o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Projeto Pai Presente que oferece à comunidade exames de DNA regularmente além de outros serviços de difícil acesso aos cidadãos. Esse projeto, em parceria com a SUSIPE, realiza reconhecimento voluntário de paternidade junto aos presídios, oportunizando que os detentos reconheçam seus filhos através da CJC. ○ Centro de Pacificação Social que realiza audiências de cunho pré-processual, onde o acordo é homologado pela Juíza Coordenadora da CJC, com ciência da Defensoria Pública e, analisado pelo Ministério Público quando há interesse de menor. Desta forma, este acordo ganha força de título judicial exequível. <p>Convém destacar os órgãos parceiros que contribuem para a realização das atividades da CJC: Núcleo de Práticas Jurídicas do CESUPA, Núcleo de Práticas Jurídicas da FAP (Estácio de Sá), Núcleo de Práticas Jurídicas da FABEL, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual, OAB, SEJUDH – PROCON e Ouvidoria Agrária do TJPA.</p>							

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unid ade de medida	Programado	Executado	% Execução
Projeto Aguapé	668.481,00	224.816,00	34	Pessoa Atendida (Un)	343	418	122

Análise: O Projeto Aguapé tem como objetivo promover ações de reinserção social de presos, hoje conhecido como “Começar de Novo”. No ano de 2013, por meio dessa ação foram realizados 418 atendimentos com diversas ações de qualificação profissional, cursos para elevação da autoestima, captação de vagas no mercado de trabalho, regularização de documentos dos presos em regime aberto, semiaberto, de penas alternativas e egressos do Sistema Penal.

A ação contempla tanto os cumpridores de penas, quanto os seus familiares, o que redundará em benefício para a comunidade, haja vista o foco de trabalhar na prevenção e no combate à redução dos índices de criminalidade e de reincidência.

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Atendimento de 143 pessoas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no programa de capacitação profissional;
- Atendimento de 27 pessoas pelo Projeto Dó Ré Mi Faz Melhor, por meio da musicalização como instrumento de humanização, que contou com a participação de detentas do CRF (Centro de Recuperação Feminino), com ensaios diários e apresentações do Coral;
- Atendimento de 50 pessoas no Mutirão de Documentos;
- Atendimento de 190 pessoas, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) e outras empresas;
- 8 reeducandas do sistema penal exercem atividades de digitalização de documentos da área administrativa do TJPA, conforme celebrado com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE).



Ministério Público

PROGRAMA: DEFESA DA SOCIEDADE

Órgão Responsável: Ministério Público do Estado do Pará

Órgão(s) Executor (es): Ministério Público do Estado do Pará

Objetivo: Assegurar à sociedade a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Público Alvo: Famílias com renda de 0 a 20 salários mínimos.

Análise Quanto à Concepção do Programa

O Programa foi concebido a partir da necessidade de garantir a efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e o controle das políticas públicas, nas diversas áreas de atuação institucional; de intensificar e combater o crime organizado e a improbidade administrativa, como forma de garantir a segurança e a estabilidade da sociedade; e facilitar o acesso da população carente aos serviços do Ministério Público Estadual, contribuindo na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento da cidadania.

Análise dos Recursos do Programa

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	% Execução *	Status do Programa
260.205	289.623	245.014	231.661	94,55	Ótimo

Análise: O Programa denominado DEFESA DA SOCIEDADE tem como objetivo assegurar à sociedade a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Programa apresentou como resultado uma execução de **94,55%** da dotação atualizada, o que contribuiu para atingir o status de **ótimo** eficiência financeira. Das **onze** ações que compõem o Programa, as ações 6463 e 6470 é que mais contribuíram para esse status, posto que são, pelo perfil do Órgão, as que mensuram o financiamento das atividades dos integrantes do Ministério Público na defesa da sociedade.

As fontes de financiamento para o custeio desse Programa foram o Tesouro Estadual e o Fundo de Reparelhamento do Ministério Público do Estado do Pará.

(*) Percentual do Realizado 2013/Dotação Atualizada OGE 2013

Análise dos Resultados do Programa

- Indicadores do Programa

Indicador/Unidade/Fonte	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Grau de Satisfação da Sociedade	MP/PA	2010	67%	70%	75%	80%	85%	-
Taxa de Descongestionamento Judicial	MP/PA	2010	95%	96%	97%	98%	100%	98%
Taxa de Descongestionamento Extrajudicial	MP/PA	2010	14%	20%	30%	40%	50%	34%

Análise: Os indicadores medem a eficiência na prestação dos serviços à sociedade, demonstrando a agilidade na solução e/ou encaminhamento das demandas judiciais e extrajudiciais.

O indicador da Taxa de Descongestionamento Judicial corresponde a média dos processos/atos devolvidos para decisão judicial, atingindo em 2013 um índice de **98%**, superando o índice esperado de **97%**.

O indicador da Taxa de Descongestionamento Extrajudicial corresponde a média dos processos/atos instaurados e concluídos, de natureza extrajudicial, atingindo em 2013 um índice em torno de **34%**, ficando acima do índice esperado, que era de **30%**. Para esse índice, a Instituição está procedendo a estudos, haja vista sua superestimativa, objetivando o redimensionamento do mesmo, o que se realizará na próxima revisão do PPA.

Quanto ao indicador referente ao Grau de Satisfação da Sociedade não foi possível, nesse exercício, realizar a sua apuração, com uma expectativa de ser avaliado a partir do exercício de 2014.

Principais Resultados do Programa

1. Expansão da atuação no Ministério Público junto às demandas da população paraense, com acréscimo significativo do número de processos analisados/concluídos, que passou de 326.915 programado no PPA, para 517.671 realizado, atingindo 158,35% de alcance da meta estimada, contemplando os processos judiciais e os extrajudiciais.
2. Aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades específicas dos integrantes do Ministério Público, com 280 pessoas capacitadas para melhor contribuir para a Missão, Visão de Futuro e Valores do MP;
3. Desenvolvimento organizacional em curso, com o prosseguimento de ações do planejamento estratégico institucional, tendo sido criados grupos de trabalho para estudar e propor em torno de várias áreas temáticas (RH, TI, Custos, entre outros);
4. Atuação significativa no combate ao crime organizado e a improbidade administrativa, com a realização de mais de 886 procedimentos, superando a meta programada em 1265,71%;
5. Melhoria e expansão da infraestrutura física e tecnológica das Promotorias de Justiça, com vistas a garantir maior qualidade na prestação dos serviços à população.

Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade	125.910	125.058	99,32	Processo analisado/Un.	326.915	517.671	158,35%
<p>Análise: Nessa que é a principal ação do <i>Parquet</i> paraense, com a finalidade de garantir a efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e o controle das políticas públicas, nas diversas áreas de atuação institucional, atendeu-se mais de 517 mil processos de natureza judicial e extrajudicial, alcançando 158,35% da meta física programada e 99,32% da execução financeira.</p>							
Melhoria da rede física do Ministério Público	3.437	1.947	56,64	Prédio reformado/Un.	21	18	85,71%
<p>Análise: A ação alcançou 85,71% da meta física programada, que correspondeu a 18 prédios reformados, localizados em 11 municípios do Estado. Ressalta-se ainda que, nesse exercício, ficaram mais 04 obras de reforma que não foram concluídas, localizadas em outros 02 municípios paraenses. A execução financeira ocorreu em 56,64% do orçamento autorizado em função da releitura de prioridades advinda da Administração Superior do MP.</p>							
Gestão da Tecnologia da Informação do Ministério Público	5.778	3.959	68,52	Sistema Implementado /Un	32	29	90,62%
<p>Análise: Esta ação corresponde aos sistemas informatizados voltados ao funcionamento das atividades finalísticas e meio da Instituição, cuja execução física atingiu 90,62% da meta programada. A execução financeira ficou em 68,52% do valor programado. Isto explica-se pelo fato de que o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, através de seu Fórum Nacional de Gestão, ter demandado novas orientações no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, resultando na reestruturação desse segmento e atraso na aquisição dos equipamentos previstos inicialmente, além da não conclusão de processos licitatórios que foram iniciados no 2º semestre do ano sob análise.</p>							
Formação e Capacitação dos Integrantes do Ministério Público	987	698	70,77	Integrante capacitado/Um	469	280	59,70%
<p>Análise: A ação tem a finalidade de aprofundar conhecimentos e habilidades específicas dos integrantes do Ministério Público, atingindo 256 integrantes capacitados com recursos do MPE e 24 através de articulação com a Escola de Governo -EGEPA, correspondendo a 59,70% da meta física programada. A execução financeira atingiu 70,77% do valor programado, em função do novo planejamento estratégico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF. Além da capacitação, foram realizadas as atividades de seleção pública de estagiários, convênios de cooperação técnica, científica e acadêmica, entre outras.</p>							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Desenvolvimento Organizacional do Ministério Público	438	140	32,02	Processo Implantado/Um	4	3	75%
<p>Análise: Dos 04 processos programados para 2013, 03 tiveram sequência totalizando 75% do programado, a saber: <i>Plano Geral de Atuação, estimulado pelo CNMP através do Fórum Nacional de Gestão; os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, finalizando-se o 2º biênio de sua implantação; e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores e Revisão da Estrutura Organizacional, ainda inconcluso.</i> A execução financeira ficou em 32,02%, posto que não foram finalizados os trabalhos do PCCR/Estrutura, que prosseguiu com novos estudos solicitados pela Administração Superior do MPE, contando com vigência estendidas até março/2014.</p>							
Combate às Organizações Criminosas e a Improbidade Administrativa	399	70	17,50	Procedimento realizado/Um	70	886	1265,71%
<p>Análise: Nesta ação houve um incremento significativo da atuação da instituição, alcançando 1.265,71% da meta física programada, com destaque para as pesquisas de pessoas físicas e jurídicas, às manifestações da Vara de Entorpecentes e Combate as Organizações Criminosas, às operações de inteligência, às buscas e apreensões, às prisões, etc. A execução financeira ocorreu muito abaixo do valor programado (17,50%) em função do longo processo logístico para a rejeição da PEC nº 37, que limitava o poder de investigação dos Ministérios Públicos. Além disso, nesse exercício foram realizados estudos e projetos para o fortalecimento e a reestruturação da unidade, no sentido da implantação de núcleos do <i>Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado</i> – GAECO nos Polos Administrativos do MP, no interior do Pará.</p>							
Apoio Técnico aos Órgãos de Execução e de Administração do Ministério Público	296	131	44,08	Procedimento técnico realizado/Um	923	4.094	443,55%
<p>Análise: A ação tem a finalidade de fortalecer a capacidade técnica dos órgãos de execução (Procuradores e Promotores de Justiça) e dos órgãos de administração, por meio de proposição de ações integradas, consultas, pareceres, dentre outros, atingiu, nesse exercício, 443,55% da meta física programada, com a realização de mais de 4.000 procedimentos técnicos voltados prioritariamente às áreas criminal, meio ambiente, constitucional, cidadania, civil e infância e juventude. As consultas na área Criminal e os pareceres na área de meio ambiente e de cunho técnico-interdisciplinar apresentaram a maior taxa de crescimento. A execução financeira ocorreu aquém do programado, com um percentual de realização de 44,08%, mas que não comprometeu o resultado do Programa.</p>							

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Apoio Técnico e Administrativo para a Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade	95.311	94.583	99,24	Unidade apoiada/Um	198	271	136,86%

Análise: A ação está voltada para viabilizar o apoio técnico e administrativo às unidades que compõem a estrutura administrativa do Ministério Público, atingindo, nesse exercício, quase 100% da meta financeira e 137% da meta física. Importante considerar na análise o quadro a seguir:

UNIDADES APOIADAS

	2013	2012	△
BELÉM I E II	88	85	
REDENÇÃO	14	8	
SANTARÉM	26	12	
MARABÁ	34	17	
CASTANHAL	27	18	
CAPANEMA	30	22	
ITAITUBA	7	4	
ABAETETUBA	33	25	
ALTAMIRA	<u>12</u>	<u>6</u>	
	271	197	74

NOTA TÉCNICA: Em 2013 foram criadas 74 novas promotorias em todas as regiões administrativas do Estado, para atendimento das demandas da sociedade paraense.

Ministério Público e a Comunidade	188	0	0	Demanda atendida/Um	22.000	0	0%
--	-----	---	---	---------------------	--------	---	----

Análise: Este Programa tem como proposta facilitar o acesso das comunidades locais aos serviços oferecidos pelo Ministério Público, divulgando as atividades da instituição e atuando nos direitos difusos e coletivos, de forma a contribuir para o fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida da população. Em função de ter passado por uma reavaliação por parte dos Membros da instituição, seus núcleos de atendimento permanente foram paralisados e, dessa forma, não houve execução orçamentário-financeira dessa ação em 2013. A expectativa é que, em 2014, esse Programa possa ser retomado, posto que o levante feito nas regiões administrativas evidenciam o anseio popular pela sua continuidade.

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Expansão da Rede Física do Ministério Público	11.270	4.482	39,77	Prédio construído/Um	5	9	180%
<p>Análise: A ação alcançou 180% da meta física programada, correspondendo a 09 obras totalmente concluídas em prédios de Promotorias de Justiça, localizados em 04 municípios do Estado. Ressalta-se ainda, que nesse exercício ficaram mais 4 obras em andamento que serão concluídas em 2013, localizadas em Belém e Santarém. A execução financeira ocorreu abaixo da execução física, haja vista o redimensionamento dos custos das obras, a quando da sua execução, bem como a não conclusão de outras. Ressalte-se que a expansão da rede física do MPE ficou prejudicada em sua execução em função da morosidade documental e reavaliações da PGE nos processos de desapropriações, atraso na execução por parte das empresas contratadas, atraso na aprovação de projetos pelos órgãos competentes, ajustes nos projetos originais, entre outros.</p>							
Gerenciamento das Ações a cargo do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público do Estado do Pará	1.000	594	59,42	Promotoria implementada /Um	2	-	-
<p>Análise: A meta inicialmente prevista nessa ação, voltada a obras de construção e ampliação em seis municípios, não foi realizada, sendo dada prioridade as obras em andamento. Houve redimensionamento dos recursos financeiros programados, por conta do ingresso dos recursos oriundos da arrecadação do concurso público realizado para os servidores deste Ministério Público, à empresa contratada para viabilizar o concurso, correspondendo em 59,42% de execução financeira.</p>							



Orgãos Constitucionais Independentes

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO PARÁ**

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Órgão Responsável: Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Órgão Executor: Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Objetivo: Fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das leis e Proteção do Erário Público

Público Alvo: Sociedade

Principais Resultados do Programa

a) Análise e emissão de parecer em 4.042 processos, por força de disposição legal prevista nas Leis Complementares Estaduais nº 81/2012 (Lei Orgânica do TCE/PA) e nº 09/1992 (Lei Orgânica do MPC/PA) .

b) Por iniciativa do Procurador Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Dr. Antonio Maria Filgueiras Cavalcante, houve assinatura do **TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2012**, constituído pelos seguintes Órgãos: Ministério Público de Contas do Estado do Pará (Coordenador), Tribunal de Contas do Estado do Pará, Ministério Público do Estado do Pará, Procuradoria Geral do Estado do Pará, Auditoria Geral do Estado do Pará e Secretaria de Estado da Fazenda do Pará.

Como resultado desta união e com base nas cláusulas do **ACORDO, no exercício do ano anterior**, foram contabilizados diversos procedimentos para proteção mais eficaz do Erário Público, objetivando de imediato recuperar parte da Dívida Ativa (passivo do Estado) em valores de Glosas no montante de R\$51.655.921,25 (cinquenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos) e de Multas que somaram R\$1.975.956,46 (hum milhão, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos), o que demonstra efetiva ação de recuperação para o Erário de R\$53.631.877,71 (cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e setenta e um centavos).

c) Através do Projeto (ação) – **Atendimento ao Contribuinte Cidadão** em que há integração entre este e outros Órgãos e a Comunidade, objetivando inicialmente de forma preventiva pedagógica, para então, no segundo momento, deixar que a sociedade, após aprender a fazer o controle social e multiplicar o conhecimento das normas aplicáveis, possa agir em favor de todos. Houve atendimento de estimadamente 3.500 cidadãos, através de distribuição de cartilhas impressas, cartilhas digitalizadas, slides, DVDs, fóruns, palestras, treinamentos e conferências.

d) **Termo de Compromisso de Conduta** – é o instrumento usado para estancar atos

administrativos em desconformidade com os preceitos legais e constitucionais. No caso, o primeiro **TERMO DE COMPROMISSO DE CONDUTA** perante o MPC/PA foi assinado pelo Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV e o Procurador Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA em 2011, obrigando-se aquele Instituto a atender às formalidades legais na concessão de aposentadorias, reformas e pensões, agilizando e dando cumprimento às decisões prolatadas nos processos que integram a atividade fiscalizatória do Tribunal de Contas do Estado do Pará, com permanentes reflexos nos exercícios seguintes.

Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação*	Executado	Execução*
4506 - Implementação das Ações de Defesa e Valores Públicos	13.622.846,00	13.500.988,22	99,00	Processos analisados	4.100	4.042	98,56
Análise: A meta deste programa alcançou 99,00% do proposto, ou seja, praticamente o total programado.							
4363 – Atendimento ao Contribuinte Cidadão	24.000,00	18.490,12	77,04	Cidadão atendido	550	3.500	636,36
Análise: para melhor desenvolvimento desta Atividade foi proposta, através da Resolução 006, de 21/12/2006, do Colégio de Procuradores, por iniciativa do Procurador Geral deste Ministério Público, Dr. Antonio Maria Filgueiras Cavalcante, a ação “Programa de Orientação Preventiva e Pedagógica”, com o objetivo de integrar a sociedade às atividades deste Órgão, para que de forma educativa, possam planejar conjuntamente ações preventivas no sentido de esclarecer a sociedade acerca das missões institucionais do Órgão, promovendo atividades juntos aos jurisdicionados, quanto à boa aplicação dos recursos do tesouro, de maneira a atingir a excelência da Gestão, contribuindo assim para o efetivo fortalecimento do controle social sobre a aplicação do Erário Público. Como forma de implementação das atividades preventivas e pedagógicas, foram aplicadas várias modalidades de informação à comunidade e à sociedade: Conferências, Cartilhas impressas e digitalizadas, vídeos, DVDs, slides e informações diretas na sede deste Órgão.							
A ação está tendo representativos resultados positivos, já com avanços na recuperação de recursos. Por acreditar que a ação preventiva e pedagógica é sempre mais eficaz de que qualquer atitude punitiva, este Ministério Público de Contas abriu suas portas à sociedade, também saindo de seus muros, contribuindo assim para ampliar a qualidade na gestão pública e fortalecer as parcerias que tem dado bons retornos à sociedade. Desta forma, os envolvidos estão mais preparados para fazer o controle social, dando cumprimento à LC 101/2000 (LRF), 8.666/1993(Licitações), 12.527/2011(Lei de Acesso à Informação) e 135/2010(Lei da Ficha Limpa).							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE) – 2012

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO**Órgão Responsável:** Ministério Público de Contas do Estado do Pará**Órgão (s) Executor (ES):** Ministério Público de Contas do Estado do Pará**Objetivo:** Implementação de ações que viabilizem a gestão administrativa do Órgão.**Público Alvo:** Servidor da área administrativa do Órgão.**Principais Resultados do Programa**

O Programa foi atendido com eficácia.

Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programa ção*	Executado	Execução*
2903 – Administração de Recursos Humanos	6.591.007,00	6.558.467,49	99,52%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: A Administração de Recursos Humanos foi gerida com eficácia, com resultado satisfatório para o servidor do Órgão.							
4534 – Operacionalização das Ações Administrativas.	1.289.094,09	765.181,72	60,77%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: Neste campo foram desenvolvidas ações que viabilizaram a gestão administrativa do Órgão, de forma adequada, gerando bens e serviços ao servidor, qualificando-o e resultando em melhor aproveitamento no desenvolvimento de suas atividades.							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE) - 2012

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Órgão Responsável: Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Órgão (s) Executor (ES): Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Objetivo: Criar condições de trabalho que proporcione a excelência na gestão pública de pessoas e a segurança da saúde ocupacional do servidor.

Público Alvo: Servidor público do Órgão

Principais Resultados do Programa

O Programa foi atendido com eficácia.

Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação *	Executado	Execução*
6004 – Auxílio – Alimentação	1.280.000,00	1.256.635,83	98,17%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: Através desta ação foram atendidas as necessidades de alimentação dos servidores, representado pelo auxílio- alimentação.							
6243 – Auxílio – Transporte	154.000,00	142.095,60	92,26%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: Através desta ação foram atendidas as necessidades de transporte, por veículos coletivos, dos servidores do Órgão, gerando bem estar aos mesmos.							
6003 – Assistência médica e odontológica.	194.000,00	171.514,93	88,40%	Servidor atendido		100%	100%
Análise: Foram atendidos os servidores do órgão com assistência médica e odontológica, através de auxílio-saúde.							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE) - 2012

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARÁ**

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS
Análise dos Recursos do Programa

PPA 2013(R\$)	Dot. Inicial OGE 2013(R\$)	Dot. Atualizada OGE 2013(R\$)	Realizado 2013 (R\$)	% Execução*	Status do Programa
7.290.082,64	7.290.082,64	10.990.082,64	6.569.350,12	59,77%	suficiente

Análise: A Ação principal obteve resultado satisfatório, superando até a expectativa de programação na parte física.

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2013 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado*	Executado	% Execução
Implementação das Ações de Defesa dos Bens e Valores Públicos	10.990.082,64	6.569.350,12	59,77%	Processo Analisado	2.600,00	4.548	174,92%

Análise: A Ação principal deste órgão que era de 7.290.082,64, foi atualizada para 10.990.082,64, através do superávit financeiro, tendo uma execução de 90,11% da dotação inicial.

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Análise dos Resultados do Programa

- Indicadores do Programa

Indicador/ Unidade / Fonte	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Executado
		Data da Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2013
Tempo médio de apreciação dos processos pelo MPCM/PA Fonte: DI	MPCM/PA	dez/2013	100 dias	68	55	48	30	30 dias
Índice de procedimentos padronizados e manualizados pelo MPCM/PA Fonte: DI	MPCM/PA	-	Não tem	80% de padronização	85% de padronização	90% de padronização	95% de padronização	80% de padronização

Análise Quanto à Concepção do Programa

O programa em referência consubstancia-se nas competências essenciais do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que é de defender os interesses da sociedade e de fiscalizar a execução da lei, com independência funcional e administrativa.

Análise Quanto à Implementação do Programa

No intuito de se firmar como instituição de excelência no serviço público, o Ministério Público de Contas dos Municípios vem empreendendo esforço no sentido de promover a transparência da gestão pública e intensificar o uso da tecnologia da informação. No ano de 2013, com apoio dos servidores, o MPCM implementou várias ações voltadas para o alcance dos objetivos que evidenciam o compromisso institucional com a necessidade permanente de aperfeiçoamento e fiscalização.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DE GESTÃO

Análise dos Recursos do Programa

PPA 2013(R\$)	Dot. Inicial OGE 2013 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2013 (R\$)	Realizado	% Execução *	Status do Programa
6.295.909,14	6.295.909,14	9.075.909,14	5.593.606,23	61,63%	suficiente
Análise: Para viabilizar a manutenção de gestão foi necessário incremento orçamentário e financeiro.					

Análise Quanto à Concepção do Programa

O programa sintetiza ações administrativas que auxiliam o Ministério Público Contas dos Municípios do Estado do Pará no desempenho de suas competências institucionais e legais, viabilizando, os meios necessários para o Controle da Administração Pública.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa de Manutenção da Gestão viabilizou o desempenho regular da Administração.

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2013 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS	1.726.069,75	829.889,79	48,07%	Ação Realizada	100	48,07%	48,07%
Análise: A manutenção de Gestão foi satisfatória, apenas com um incremento através do superávit financeiro.							
OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS	7.349.839,39	4.763.716,44	64,81%	Ação Realizada	100	64,81%	64,81%
Análise: Para viabilizar a manutenção de gestão foi necessário incremento orçamentário e financeiro.							

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Análise dos Recursos do Programa

PPA 2013(R\$)	Dot. Inicial OGE 2013 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2013 (R\$)	Realizado	% Execução *	Status do Programa
1.335.826,00	1.335.826,00	2.035.826,00	1.290.223,56	63,37%	suficiente
Análise: As ações que compõe o programa apresentaram desempenhos suficientes quanto à eficiência.					

Análise Quanto à Concepção do Programa

O aprimoramento de gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos do Ministério Público de Contas, e a valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para o cumprimento desses objetivos, visando a eficiência, eficácia e efetividade na prestação do serviço público em benefício da sociedade.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O programa deu-se de forma satisfatória para os servidores deste Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Avaliação das Ações do Programa

Ação	Financeiro			Produto/ Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2013 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ADONTOLÓGICA	444.550,00	229.673,26	51,66%	Servidor Beneficiado	500	516	103,2%
Análise: Houve o cumprimento da meta de forma satisfatória.							
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	1.580.096,00	1.060.550,30	67,11%	Servidor Beneficiado	500	516	67,11%
Análise: Para viabilizar a valorização do servidor público foi necessário um incremento orçamentário e financeiro.							
AUXILIO TRANSPORTE	11.180,00	0	0	Servidor Beneficiado	20	0	0%
Análise: Não houve o cumprimento da meta.							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2013, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)- 2013.



Defensoria Pública

Apresentação

A Defensoria Pública é uma instituição que tem por missão: Garantir Assistência Jurídica integral, gratuita, judicial e extrajudicial, aos necessitados, prestando-lhes a orientação e a defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando a conciliação e a promoção dos direitos humanos. Para desempenhar esta missão, está presente nas doze Regionais de Integração, seja de forma permanente, com defensores lotados e toda estrutura organizacional – apoio administrativo de servidores, prédio próprio ou locado, veículos – seja na forma itinerante.

Para manter esta estrutura o orçamento da Defensoria Pública se mantém preciso aos instrumentos legais de gestão – PPA, LOA, LDO – e ao instrumento de planejamento interno para tomada de decisões – o Planejamento Estratégico Institucional.

Desta forma a Defensoria Pública apresenta a sua avaliação anual (2013) do Programa Promoção da Cidadania, os recursos, a execução e ainda uma avaliação qualitativa.

Dados Orçamentários**PROGRAMA: PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS**

- ✓ Orçamento aprovado: R\$111.791.143,00 (todas as fontes)
- ✓ Total do Orçamento Suplementado por Superávit Financeiro: R\$1.479.672,25 (tesouro e convênios)
- ✓ Total do Orçamento Atualizado (junho): R\$113.270.815,25

GRUPOS DE DESPESAS

- ✓ Pessoal: R\$ 88.748.552,00
- ✓ Custeio: R\$ 17.229.138,69
- ✓ Investimento R\$ 6.919.624,58

FONTES:

- ✓ Fonte do Tesouro Estadual;
- ✓ Convênios;
- ✓ Fundo da Defensoria Pública (FUNDEP)
- ✓ Contrapartida de convênios.

Execução do Programa (2013)

A Defensoria Pública do Estado do Pará participa do Plano Plurianual (PPA) em três programas, a saber, Manutenção da Gestão, Valorização do Servidor Público, Promoção e Defesa de Direitos, este último de administração exclusiva da Instituição.

O Programa **Promoção e Defesa de Direitos** tem como objetivo oferecer assistência jurídica integral gratuita a toda pessoa em estado de vulnerabilidade social, notadamente aqueles desprovidos de recurso financeiros. Para tal desempenho a Defensoria Pública distribuiu o seu orçamento em quinze Ações que serão detalhadas a seguir:

1) **Promoção e Defesa do Cidadão Carente na Capital.** Com esta ação a Defensoria Pública presta atendimento na Região Metropolitana de Belém (incluídos os municípios Ananindeua e Benevides, e os Distritos de Mosqueiro e Icoaraci). Em Belém o atendimento é distribuído entre a sede, com maior demanda, e os bairros: Guamá e Marambaia. Nesta ação, igualmente, são realizados os atendimentos especializados nas práticas jurídicas, como por exemplo, Núcleo do Consumidor, Conciliação Familiar, Defensorias da Fazenda.

Recursos disponibilizados: São disponibilizados os recursos para a manutenção da Instituição como: locações de imóveis na capital, serviço de vigilância, manutenção de veículos, fornecimento de passagens, manutenção de central telefônica, acesso à telefonia móvel, acesso à rede de dados (PRODEPA), aquisição de material de expediente, despesas com utilidade pública. Sob esta ação também está alocado as despesas com folha de pessoal

Destaques: Sob esta ação encontram-se o convênio celebrado com a Universidade Federal do Pará-UFPA e Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA denominado “Pai Legal” de proeminentes serviços à cidadania que disponibiliza exame gratuito de DNA para o reconhecimento voluntário, extrajudicial da paternidade e a conscientização dos deveres da paternidade, com disponibilização de 50 exames mensais. Como forma de expandir a divulgação dos serviços foi criado o “Pai Legal nas Escolas”. Realização da Semana do Defensor, com a culminância no dia 19 de maio com uma grande Ação de Cidadania evento que atingiu a participação de mais de 12.000 pessoas as quais receberam atendimentos, orientações jurídicas, audiências conciliatórias, acordos judiciais e extrajudiciais, casamento comunitário e serviços gratuitos de emissão de documentos, consultas médicas e oftalmológicas,

exames, vacinações, cortes de cabelo, educação no trânsito e atividades de recreação.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
em (um)			em R\$1.00		
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
208139	75377	36	42163,85	42142,2	100

2) **Promoção e Defesa do Cidadão Carente no Interior.** Com esta ação a Defensoria Pública está presente nas Regionais de Integração – Araguaia, Baixo Amazonas, Guamá, Carajás, Lago do Tucuruí, Marajó, Rio Capim, Rio Caeté, Tapajós, Xingu e Tocantins – seja através de defensores lotados na comarca, ou através de defensores itinerantes.

Recursos disponibilizados: Esta ação distribui os recursos em quase todo o território paraense. Desta forma, é através dos recursos, que provém desta ação a Defensoria Pública mantém treze imóveis locados nas onze Regionais de Integração do Estado, no que concerne a sua manutenção e reforma, além de manter salas, cedidas por prefeituras locais; custeia as viagens com diárias; mantém contrato de locação de seis veículos modelo pick-up.

Destaques: Realizou no dia 25 de janeiro no Núcleo Regional do Tocantins (Abaetetuba) mutirão de atendimentos cíveis com o objetivo de estender o número de serviços prestados na Comarca. Mutirão de Atendimentos Cíveis no Município de Moju no dia 01 de março. Mutirão de atendimento na Regional do Guamá (Castanhal) em praça pública e na Casa Penal, mutirão de presos provisórios na Regional do Araguaia (Redenção). Entrega de 03 veículos (Toyota Etios XSL 1.3) as Defensorias Públicas dos Municípios de Parauapebas, Tucuruí e Itaituba.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
em (um)			em R\$1.00		
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
293265	264309	90	52952,85	52821,25	100

3) **Implementação das Ações de Tecnologia da Informação:** Nesta ação é estruturado todo o sistema lógico da Defensoria Pública com o intuito de integrar toda a instituição através de um único sistema que gerencia os atendimentos – SCPJ WEB, como também o sistema de telecomunicação, sendo disponibilizado recurso para aquisição de máquina, equipamentos e serviços especializados.

Recursos disponibilizados: manutenção de serviços para conservação de equipamentos de informática e telefonia, prestação de serviços técnicos para manutenção de sistema, assim como a implantação de novos, como, por exemplo, o sistema de diárias on-line. Aquisição de Equipamentos de uso corporativo como note

book, celulares institucionais, impressora e equipamentos para a modernização da rede lógica e comunicação.

Destaques: Instalação dos 129 - Disk Defensoria, o SCPJ-Web Núcleo Regional do Xingu (Altamira), Núcleo regional de Carajás (Marabá), Núcleo Regional do Araguaia (Redenção), Núcleo Regional do Baixo Amazonas (Santarém).

EXECUÇÃO FÍSICA			em (UN)	EXECUÇÃO FIANCEIRA			EM R\$ 1.000
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%		DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	
12	0	0		793,02	793,02	100	

FONTE GP- PARÁ 14 MAR 2014

4) Implementação das Atividades do Centro de Estudos: Nesta ação são disponibilizados recursos para capacitação profissional da instituição, assim como a bolsa estagio para estudantes de graduação.

Recursos disponibilizados: Despesas com instrutores para oficinas, aquisição de cartilhas informativa, periódicos, e publicações diversas, incluso acervo digital. Entre os cursos destaca-se a Pós-graduação em Direito da Criança e do adolescente, ministrado pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesta ação também estão alocados recursos para o Planejamento Estratégico da Instituição que tem balizado as decisões da gestão, adentro a repartição orçamentária.

Destaques: Foram ofertados 22 cursos com 537 pessoas capacitadas. Tendo como destaque principal a Instituição da Escola Superior da Defensoria Pública. I Seminário de Integração do Centro de Estudo, Seminário Regional da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude Seminário de Integração no Núcleo Regional do Xingu, o qual teve como objetivo democratizar a participação de defensores, servidores e estagiários nos cursos promovidos pela instituição.

EXECUÇÃO FÍSICA			em (UN)	EXECUÇÃO FIANCEIRA			EM R\$ 1.000
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%		DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	
6757	537	8		2.303,24	2.225,35	97	

FONTE GP- PARÁ 14 MAR 2014

5) Consolidação das Ações de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente NAECA: Esta ação se destina a prestar atendimento judicial e extrajudicial, promovendo a defesa nas causa de adolescente em conflito com a lei (apuração de ato infracional e execução das medidas socioeducativas), acompanhamento interdisciplinar dos encaminhamentos realizados pelos Conselhos Tutelares, apoio interdisciplinar dos familiares de adolescentes em conflito com a Lei,

visitas sistemáticas às entidades de execução das medidas socioeducativas, orientação jurídica-social básica do público alvo.

Recursos disponibilizados: Despesas com locação de imóvel, apartado das demais atividades da Defensoria, com o intuito de proporcionar melhor comodidade e sigilo aos atendido de acordo com o ECA. Entre os destaques está a realização

Destaques: Participação na Semana Pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof.^a Ester Bandeira Gomes, localizada no bairro da Sacramento. Renovação de Termo de Cooperação Institucional de N° 004/2013, com a Prefeitura Municipal de Castanhal para impulsionar ações do Núcleo da Criança e do Adolescente no Projeto “Regionalização do NAECA”. A ação “Defensoria Publica na Defesa da Criança e do Adolescente” na E.E.F.M. Brigadeiro Fontenelle, no bairro da Terra Firme a tendendo a mais de 2.000 alunos da Escola e seus familiares. Participação ativa no Pacto Contra as Drogas e no Pacto pelo Acolhimento no Município de Belém em parceria com a SESMA, SESPA, Ministério Público, Tribunal de Justiça, PRO PAZ e PRO JOVEM.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
		em (um)			em R\$1.00
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
39868	32204	81	315,88	315,88	100

6) **Realização das Ações do Balcão de Direitos:** Através desta ação a Defensoria Publica tem como objetivo difundir a conscientização dos direitos humanos e cidadania além de prestar assistência jurídica a população carente: conciliação e mediação de conflitos por meio de acordos e soluções pacíficas e emissão de documentação. Os recursos desta ação são provenientes do tesouro e convênio com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Recursos disponibilizados: Despesas com diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaques: A Defensoria Pública é parceira do PROPAZ nesta atividade, ingressando com os recursos próprios nesta parceria.

			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
		em (um)			em R\$1.00
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
31400	283767	904	607,91	426,44	70

7) Execução do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos: Esta ação tem por finalidade fornecer meios de proteção, garantindo a integridade física e psíquica de Defensores de Direitos Humanos e seus familiares em situação de risco e os quais se encontrem em risco eminente de morte, através do Programa Estadual dos Direitos Humanos, excluindo-se os meios de proteção policial. A atividade está concentrada na manutenção da ação: diárias, passagens, hospedagem para assistido.

Recursos disponibilizados: Despesas com diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaques: I Workshop institucional para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FIANCEIRA		
		em (UN)			EM R\$ 1.000
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
12	0	0	33,68	26,68	79
FONTE GP- PARÁ 14 MAR 2014					

8) Implementação do Núcleo Especializado em Defesa do Consumidor: Esta ação busca atender a demanda crescente de consumidores cujos direitos foram lesados. A ação em 2013 foi concentrada na capital.

Recursos disponibilizados: Despesas com diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaques: Participação da assinatura de termo de ajuste e plano de trabalho em torno do Programa Nacional de Banda Larga firmada entre Estado e Telebrás.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FIANCEIRA		
		em (um)			em R\$1.00
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
1260	4520	359	21,6	21,6	100

9) Promoção e Defesa de Direitos pelas Defensorias Agrárias: Esta ação tem por finalidade a prevenção e resolução de conflitos agrários, através da mediação entre produtores e trabalhadores rurais, movimentos sociais, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos atingidos por barragens, seringueiros e ribeirinhos, garantindo-lhes a defesa judicial e extrajudicial. As atividades foram desenvolvidas em Altamira, Castanhal e Santarém.

Recursos disponibilizados: Despesas com diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaques: Suspensão de Reintegração de posse em benefício de 2.300 famílias carentes do Município de Breves. Ação no dia da Consciência Negra em Território Quilombola em Porto de Moz Onde a Defensoria Agraria atua para garantir o reconhecimento formal do Território Quilombola, pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA atendendo 3.865 famílias. Participação na pesquisa "Estudo sobre Governança da Terra", realizada pela Universidade Federal do Pará, uma parceria para fortalecer a regularização fundiária em terras públicas urbanas e rurais no Estado do Pará.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
		em (um)			em R\$1.00
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
8634	7755	90	101	52,17	52

10) **Execução das Ações de Grande Impacto:** Esta ação tem por finalidade atender as atividades estratégicas dos Grupos de Trabalho de Belo Monte e outras políticas governamentais de grande vulto que atinjam pessoas necessitadas no Estado do Pará. As atividades foram concentradas em Altamira onde foi criado o Grupo Especial de Trabalho Belo Monte em função da construção da usina de Belo Monte

Recursos disponibilizados: Despesas com diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaques:

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
		em (um)			em R\$1.00
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
17010	1885	11	63,94	63,94	99

11) **Realização de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos:** Esta ação tem como objetivo defender a pessoa com seus Direitos Humanos violados.

Recursos disponibilizados: Despesas com diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaque: Participação ativa no Pacto Contra as Drogas e no Pacto pelo Acolhimento no Município de Belém em parceria com a SESMA, SESP, Ministério Público, Tribunal de Justiça, PRO PAZ e PRO JOVEM.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
		em (um)			em R\$1.00
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
1387	276	20	44,77	43,58	97

12) **Realização de Assistência e Orientação Jurídica Criminal e Penitenciária:** Esta ação tem por finalidade Prestar assistência e orientação jurídica

criminal e penitenciária Através da realização visitas e atendimentos em casas Penais e centros de recuperação

Recursos disponibilizados: Despesas com locação de imóvel diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaques: Regional do Rio Capim promoveu mutirão carcerário no Presídio de Paragominas.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
		em (um)			em R\$1.00
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
4240	15521	366	259,33	258,25	100

13) Expansão das Ações e Gestão da Defensoria Pública no Estado:

Através desta ação que tem como objetivo a Modernização da estrutura física e tecnológica da Defensoria Pública na capital e interior, incluindo-se reforma e adaptação do prédio de onze andares o qual será referência de atendimento ao cidadão carente.

Destaque: Ressaltam-se as obras das novas Sedes: Abaetetuba, Tucuruí e Breves com inauguração prevista para março e abril de 2014, as quais foram completamente reestruturadas para melhor atender a população carente dos respectivos municípios.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FIANCEIRA		
		em (UN)			EM R\$ 1.000
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
16	537	3356	5.026,77	4.736,63	94

FONTE GP- PARÁ 14 MAR 2014

OBRAS CONCLUÍDAS	
Núcleo Metropolitano de Ananindeua	Reforma com pintura geral, adequação de Layout, mudança de identificação visual interno e externo, reestruturação de cobertura e adaptações nos sistemas elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração.
Núcleo Metropolitano de Icoaraci	Reforma com pintura geral, adequação de Layout, mudança de identificação visual interno e externo, construção de banheiros públicos e gabinete PNE, reforma do piso da garagem e adaptações nos sistema elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração.
Núcleo Regional de Castanha	Adaptações nas instalações elétricas.
Reforma e Adaptação - Call Center (Vivenda)	Adaptações no prédio da Vivenda onde funcionava o NAECA para passar a funcionar as instalações do Call Center, obra constou de pintura, instalações de divisórias e adaptações nos sistemas elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração.
3º Andar - Edifício SEDE (Coordenação Cível)	Instalação e pintura de divisórias e adaptações nos sistemas elétrico, telefônico e lógico para criação de gabinete junto a Coordenação Cível - 3º andar.

OBRAS CONCLUÍDAS	
4° Andar - Edifício SEDE (Centro de Estudos e Biblioteca)	Execução de novo Layout para atender as necessidades da Defensoria Pública, com alterações no 4° andar.
5° Andar-Edifício SEDE	Adaptações devido à mudança de Layout e fornecimento e instalação de porta para a entrada principal em vidro temperado - Blindex
6° Andar - Edifício SEDE	Reforma com pintura geral, inclusive das divisórias antigas, adequação de Layout, instalação de carpete no piso e adaptações nos sistemas elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração e adaptação de divisória em vidro para alteração de Layout da sala da chefia de gabinete no 6° andar.
Entrância Especial	Adaptações e manutenções nos sistemas hidráulico, elétrico e telefônico, instalação e manutenção em divisórias, cobertura, portas, portões e banheiros.
Central Administrativa	Instalação de tapume na cerca de madeira queimada em incêndio que atingiu a lateral do prédio da Central Administrativa
Edifício Anexo à SEDE	Sala da Associação de Servidores - reforma e adaptações na sala onde funcionará a Associação de Servidores
Edifício Cosmorama	Reforma com pintura e eliminação de infiltrações para a entrega do edificio locado pela Defensoria.
Núcleo de Marituba	Construção de calçada e substituição de caixas de ar condicionados de janela.
CIAA	Reforma de sala, vedação de esquadrias e substituição de divisórias.
6° Andar - Edifício SEDE (WC gabinete)	Impermeabilização da laje do banheiro do D.P.G. e manutenção da pintura do gabinete e sala de reunião
Dia do Defensor	Fornecimento e instalação de materiais elétricos, lógicos, telefônicos e hidráulicos e execução de tapume de proteção para quadra e piscina e aterro com brita para adaptação do espaço Pro Paz (Campus 3 da UFPA) onde ocorreu o Evento do Dia do Defensor - MATERIAL FORNECIDO E SERVIÇOS EXECUTADOS.
Academia Paraense de Letras	Vedação das portas frontais com alvenaria para evitar invasão do prédio.
Obras de pequenos reparos e manutenções	Execução de manutenções e pequenos reparos em diversos núcleos da Defensoria, tais como: trocas de lâmpadas, instalação de pontos elétricos e lógicos, reparos em coberturas e portas, retoques em pinturas e manutenções no sistema hidráulico.
Sede Regional de Santarém	Fornecimento e instalação de transformador para subestação aérea.
Balcão de Direitos	Reforma com pintura, adequação de Layout e instalação dos sistemas elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração em duas salas do andar superior do prédio onde funciona o Balcão de Direitos. Aguardando empenho para iniciar obra
Estacionamento	Adaptações no estacionamento
Manutenções no NAEM	Manutenção nas divisórias, repinturas, manutenção de portões, descupinização e impermeabilização de parede.
Manutenções no NAECA	Manutenções nos sistemas hidráulicos troca de lâmpadas, descupinização, instalação de ponto elétrico e película.

OBRAS CONCLUÍDAS	
Manutenções no Núcleo da Marambaia	Manutenção com instalação de ponto de esgoto, troca de vidro, pintura de parede e reparos em portas e janelas.
3º Andar-Edifício SEDE (NUCON)	Manutenção nos sistemas elétricos, lógicos e telefônicos e recomposição de pavimentação em madeira.
OBRAS EM CONCLUSÃO	
Núcleo Regional do Lago de Tucuruí	Reforma geral com pintura geral, instalação de divisórias, adequação de Layout, identificação visual interno e externo, construção de banheiros públicos, adaptações nos sistemas elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração.
Núcleo Regional do Tocantins-Abaetetuba	Reforma geral com pintura geral instalação de divisórias, adequação de Layout, identificação visual interno e externo, construção de banheiros públicos, adaptações nos sistemas elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração.
Núcleo Regional do Marajó - Breve	Reforma geral com pintura geral, instalação de divisórias, adequação de Layout, identificação visual interno e externo, construção de banheiros públicos, adaptações nos sistemas elétrico, telefônico, lógico e de refrigeração. Obra iniciada com prazo para conclusão de 90 dias.
NOVA CENTRAL DE ATENDIMENTO - NARE (IPASEP)	Reforma completa de edifício de 11 andares contemplando todos os sistemas elétrico, lógico, telefônico e de ar condicionados, pintura interna e pastilhamento externo, criação de Layout com divisórias navais, instalação de forro metálico modular, construção de conjunto banheiros e área de apoio.

14) **Nomeação de Defensores e Servidores:** Com esta ação a Defensoria disponibiliza recursos reabastecer o quadro funcional da instituição, com a nomeação de Defensores e servidores.

EXECUÇÃO FÍSICA			em (UN)	EXECUÇÃO FIANCEIRA			EM R\$ 1.000
DOT. ATUALIZADA	OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA	OGE	REALIZADO	%
58		0	0	0,00		0,00	0

FONTE GP- PARÁ 14 MAR 2014

15) **Implementação do Núcleo de Atendimento Especializado a Mulher Vítima de Violência Doméstica – NAEM.** Esta ação tem o encargo de gerenciar as atividades do processo de implantação do Núcleo de atendimento à mulher vítima de violência doméstica o qual este ano concentrou o atendimento na capital do Estado.

Recursos disponibilizados: Despesas com locação de imóvel diárias, material de consumo, deslocamentos.

Destaques: Parceria entre Clínica de Psicologia da UFPA e Defensoria Pública através dos Núcleos – NAEM e NEAH – para intercâmbio de conhecimento nas questões que envolvem violência doméstica. Realização do Programa de Atenção Interdisciplinar a Mulheres em Situação de Dependência Afetiva.

EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
em (um)			em R\$1.00		
DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%	DOT. ATUALIZADA OGE	REALIZADO	%
4189	2776	66	19,26	19,25	100